



REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023

VOLUME I



GOVERNADORCAMILO SOBREIRA DE SANTANA

VICE-GOVERNADORA MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO

Casa Civil Francisco das Chagas Cipriano Vieira

Procuradoria Geral do Estado Juvêncio Vasconcelos Viana

Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado Aloísio Barbosa de Carvalho Neto

Secretaria da Administração Penitenciária Luís Mauro Albuquerque Araújo

Secretaria das Cidades José Jácome Carneiro Albuquerque

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda

Secretaria da Cultura Fabiano dos Santos

Secretaria do Desenvolvimento Agrário Francisco de Assis Diniz

Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho Francisco de Queiroz Maia Júnior

Secretaria da Educação Eliana Nunes Estrela

Secretaria do Esporte e Juventude Rogério Nogueira Pinheiro

Secretaria da Fazenda Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba

Secretaria da Infraestrutura Lúcio Ferreira Gomes

Secretaria do Meio Ambiente Artur José Vieira Bruno

Secretaria do Planejamento e Gestão Carlos Mauro Benevides Filho

Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Maria do Perpétuo Socorro França Pinto

Mulheres e Direitos Humanos

Secretaria dos Recursos Hídricos Francisco José Coelho Teixeira

Secretaria da Saúde Marcos Antonio Gadelha Maia

Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social Sandro Luciano Caron de Moraes

Secretaria do Turismo Arialdo de Mello Pinho

Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Rodrigo Bona Carneiro

Segurança Pública e Sistema Penitenciário



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário Carlos Mauro Benevides Filho

Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Secretário Executivo de Gestão Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna Ronaldo Lima Moreira Borges

Assessoria Jurídica Aline Arruda de Alencar Coimbra

Assessoria de Controle Interno e Ouvidoria Luciano de Sousa Pontes

Assessoria de Comunicação Fernanda Telles

Coordenadoria Especial de Gestão Estratégica do Regis Meireles Benevides Planejamento e Orçamento

com o Público e Privado

Coordenadoria de Gestão Orçamentária Luciana Capistrano da Fonsêca Moura Coordenadoria de Planejamento e Gestão para Resultados Maria Aparecida Rodrigues Façanha

Coordenadoria de Captação de Recursos e Alianças Ticiana da Mota Gentil Parente

Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Silvana Martins Rodrigues Dourado

de Pessoas

Coordenadoria de Gestão Estratégica da Tecnologia da Lícia Maria Viana Bezerra

Informação e Comunicação

Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à José de Lima Freitas Júnior

Pobr

Coordenadoria de Gestão de Pessoas Fabio da Silva Miranda

Coordenadoria de Gestão dos Serviços Terceirizados Raimundo Nonato Rodrigues Silva **Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida** Guirlanda de Fátima Távora Ponte

do Aposentado

Coordenadoria de Perícia Médica Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho

Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado Vanessa Machado Arraes

Coordenadoria de Gestão de Compras Valdir Augusto da Silva Coordenadoria de Gestão Patrimonial e André Theophilo Lima

de Recursos Logísticos

Coordenadoria da Tecnologia da Informação e José Alcides de Oliveira Guerra

Comunicação

Companhia de Habitação do Ceará

Coordenadoria Administrativo-Financeira Otávio Nunes de Vasconcelos

Vilani Pinheiro Falcão

Coordenadoria de Desenvolvimento Silviane Torres da Costa

Institucional e Planejamento

Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará José Lassance de Castro Silva

Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará Priscilla Dias Marreiras

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará João Mário Santos de França

Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará José Olavo Peixoto Filho Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará João Marcos Maia

Fundação de Previdência Complementar do Francisco Robson da Silva Fontoura

Estado do Ceará



EQUIPE DE COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Coordenação Geral

Régis Meireles Benevides Luciana Capistrano da Fonsêca Moura Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha

Coordenação Técnica

Maria Aparecida G. Rodrigues Façanha Lara Maria Silva Costa

Elaboração e Assessoramento

SEPLAG Ana Beatriz Rocha Guedes

Anna Carolline Botelho

Eveline Maria Cordeiro Brandão

Everton Cabral Maciel

Francisco Ailson Alves Severo Filho

Francisca Maria Sousa Moreira

Francisco Menezes de Freitas

José Wagner Alves Fernandes

Jhuan Bruno Campos Neres

Luanny Braga da Silva Prata

Luiz Carlos Holanda Antero

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Matheus Frota Braga

Mércia Maria de Melo Ponte Lima

Rafael Paraiso Souto Maior Malta

Samara da Silva Trajano

Sandra Maria Braga

Saruanna Dias Carvalho

Virgínia Dantas Soares Teixeira

CGE Caio Petrônios de Araujo Lopes

Cícero Edson Felipe

Erick Victor Vieira Veras

Kassyo Modesto da Silva

Marcos Henrique de Carvalho Aldmeida

Matheus Borges Gonçalves Lima

Sílvia Maria Aragão Muniz

Saulo Máximo de Araújo



Desenvolvimento de Sistemas - SEPLAG

Alexandre A. Silva Daniel Ivo de Andrade Josegil Dias Frota Figueira

Apoio jornalístico - Seplag Luiz Pedro Bezerra Neto

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ - Ipece

Elaboração e Assessoria

Alexsandre Lira Cavalcante
Ana Cristina Lima Maia
Cleyber Nascimento de Medeiros
Daniel Cirilo Suliano
Fátima Juvenal de Sousa
Jimmy Lima de Oliveira
José Freire Júnior
Luciana de Oliveira Rodrigues

Nicolino Trompieri Neto Paulo Araújo Pontes Rafaela Martins Leite Monteiro Raquel da Silva Sales Rayén Heredia Peñaloza Victor Hugo de Oliveira Silva Witalo de Lima Paiva



REDE DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – EQUIPES SETORIAIS DE ELABORAÇÃO E COLABORAÇÃO

AESP Emanuela dos Santos Pinheiro Jamille dos Santos de Moura

ADAGRI Maik dos Santos Barboso

Maria Gisela Piancó do Amaral Neiliane Santiago Sombra Borges Antonio Dimas Simão de Oliveira Fracisco Gleyber Cartaxo Bastos Jarier de Oliveira Moreno José Amorim Sobreira Neto Luiz de Oliveira Costa Júnior

ADECE Flávia Bezerra Brasil Carvalho

Maria Inês Cavalcante Studart

Menezes

Marcos Manuel de Almeida Júnior

Pedro Aguiar Nobre Filho

Reudson Souza

ARCE Felipe Mota Campos

AL Afonso Gonçalves de Carvalho Neto

Fabrício Melo Machado

Heline Joyce Barbosa Monteiro

Leila Paula Viana

Silvia Helena Correia Vidal

CASA CIVIL Ismênia Márcia Linhares Justino

Leiliane dos Santos Silva Nathalia Clemente Brito Regina Estela Benevides Lima

Tereza Carla Pereira Montenegro

CEASA Antônio Odálio Girão de Almeida

Fabiene Machado Lopes Jorge Alexandre de Oliveira Neto José Leite Gonçalves Cruz Jose Valdecir Lima de Souza Gilberto Costa Bastos

Luana Ferreira de Souza

ZPE Afonso de Oliveira Castro II Rodrigo José Chacon de Mesquita

Roberto Benevides de Castro

METROFOR Francisco Edilson Ponte Aragão

Léo Barbosa Pessoa

Liliane Martins de Brito Mazulo Luciana Albuquerque Guimarães

CAGECE Adriana Silva Gonçalves

Andrelia de Freitas Lima Jessyca Costa Barros

CIPP S.AA Danilo Gurgel Serpa

Keilla Farias Castro

CEGÁS Maria Nilce Quinderé Cals

Vanessa Maria Barbosa Nascimento

COGERH Anthony Rafael Soares Maia

Clara de Assis Jerônimo Sales Denilson Marcelino Fidelis Elano Lamartine Leão Joca Giselle Maria Maia Cavalcante

Plutarco

Itamara Mary Leite de Menezes

Taveira

João Lúcio Farias de Oliveira Krishna Martins Leão Marcilio Caetano de Oliveira Maria Luciandre Melo Mikaelle Duarte Mariano Paulo Henrique Studart Pinho Paulo Miranda Pereira

Rafaella Gomes Parente

Roberto Bruno Moreira Rebouças

Sarah Furtado Freire Walt Disney Paulino

Zelio Lendro Evangelista Junior

COHAB Antonio Eldair da Cunha

José Teofilo Braga Neto

CEE Danilo Barbosa Gomes

Marilce Stênia R. Macedo

CGE Antônio Paulo da Silva Jean Lopes dos Santos

João Italo Queiroz Mendes



José Otacílio de Assis Júnior Kassyo Modesto da Silva Keyla Christina Albuquerque Viana Larisse Maria Ferreira Moreira Maria do Socorro Fernandes de Souza Marcelo Monteiro Michelle Borges Cavalcante Cunha

CGD Cleibe Dias da Silva
Julliana Albuquerque Marques Pereira
Maria Jussara Laroca Figueiredo dos
Santos

Rita de Cassia Hollanda Matos

Raquel Luna Vasconcelos Vladimir Feijó Frota

CBMCE Alandilson do Nascimento Forte Antonio Marcos Alves Souza Eduardo Xavier Crispim

DPE Antônio de Pádua Dias Costa Júnior Elias Xerxes Pinheiro Xerez Victor Matos Montenegro

DETRAN Jessé de Moura Filho Leandro Chagas Bezerra Lorena Maria Moreira Chagas

EMATERCE Antônio Tarciso Coelho Pinto
Francisco Bergson Parente Fernandes

Itamar Teixeira Bezerra José Maria Carvalho Sobrinho

ETICE Ana Cione Alves

Chagas Romão Cavalcante Souza Francisco Agnaldo Nogueira Lima Gabriella Tavares de Freitas Marcos Antônio Marinho Russo Marcos Helano Martins Carneiro Kelly Gonçalves Meira Arruda Raimundo Osman Lima

EGPCE Flávia Livino de Carvalho Costa Fernanda Maria Diniz da Silva José Erivilson de Lima

ESP Franderlan Campos Pereira Hanna Rafaela de Lima Vieira Lucila Maria Rodrigues Vieira Marta Dulcelia Gurgel Ávila **FUNCAP** Ana Carolina Albuquerque Freitas da

Rocha

Jamille Rodrigues Braga

FUNCEME Eduardo Sávio Passos Rodrigues

Martins

Francisco Hoilton Araripe Rios

Luis César Pinho

Margareth Sílvia Benício de Souza

Carvalho

Maria do Socorro Segundo da Fonseca Maria Nayde de Magalhães Macedo

Meiry Sayuri Sakamoto

Suelde Maria Gonçalves Montenegro

CEARAPREV Daniela Ribeiro de Lima

FUNTELC Ailza Mateus Sampaio Neta

UECE Alyne Martins Avelilno

Antônia Fádia Valentim de Amorim Aurilene Pereira Moura Moreira

Beatriz Ferreira Silva

Célia Maria de Souza Sampaio Cleide Maria Amorim dos Santos

Dafne Paiva Rodrigues Edilson José Garcia de Lima Everton Leitão de Abreu

Fernando Antonio Alves dos Santos

Gildácio José de Oliveira Sá

Henrique Douglas dos Santos Mendes

Humberto Silva Elias Janayna Braga Sousa

Jane Elizabeth Guedes Rocha Ierffeson Teixeira de Souza losé Nelson Arruda Filho Juliana dos Santos Andrade Kadma Marques Rodrigues Leonardo Sampaio Rocha Liliann de Fátima Sousa da Silva Lucilane Maria Sales da Silva Maria José Camelo Maciel Maria Lúcia Duarte Pereira Mariana Chaves Antenor Mônica Duarte Cavaignac Oto Soares de Oliveira Ozeir Celestino de Lima Paolo Giuseppe Araújo Paula Andrea Rolim Costa Paulo Marcelo Farias Moreira



UECE Paulo Ricardo de Oliveira Bersano

Regina Cláudia Pinheiro Rocemilda Alves Ramos Samuel Façanha Câmara Thiago Costa Silva Vilnardo Alves Aguiar Herculano

URCA Ana Roberta Duarte Piancó

Cibelle Teixeira de Oliveira Maria da Penha de Oliveira Maria Iúlia Couto Bringel Ranielle Fernanda Lima Neve

UVA Edilia Rodrigues Chagas

Kaliny Kélvia Pessoa Siqueira Lima Rosa Meire Alves Guimarães

IDACE Cátia Cavalcante de Souza

Francisca Célia Lima Coutinho Jesuíno Maia Lima Jonas Silva Miranda Manoel Jorge Pinto de França Marcelo Alves Monte Marcia Maria da Conceição de Nascimento Oliveira Priscilla Azevedo de Aguiar

Sandra de Castro Forte

Sara Maria Spinosa Juvencio

IPECE Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia Cleyber Nascimento de Medeiros Débora de Andrade Mariano limmy Lima de Oliveira Luciana de Oliveira Rodrigues Maria Esther Frota Cristino Marília Rodrigues Firmiano Nicolino Trompieri Neto

Rogério Barbosa Soares Victor Hugo de Oliveira Silva

Witalo de Lima Paiva

ISSEC Francisca Luzitelma Santos Caracas Francisco José Magalhães de Pinho

lessica Gomes do Nascimento

JUCEC Caio Frota Rodrigues

Marta Laís Pimentel Rodrigues Sonara Capaverde

NUTEC Ana Ari Clecius Alves de Lima Bárbara Steffani Rodrigues de Queiroz Crisiana de Andrade Nobre Epitacio Nascimento Filho Fernando Bacelar Paiva Francisco das Chagas Magalhães Francisco Leopoldo Moreira Filho Gabriel Aguiar Mendes Ianaina Sobreira Rocha lêda Nadja Silva Montenegro lackson de Queiroz Malveira Jackson Henrique Braga da Silva João César de Freitas Pinheiro Mayra Garcia Maia Costa Maria Silvanira Souza Ferreira Michela Alves Jácome Solon Nogueira de Lima

PEFOCE Ana Paula Teixeira Bastos Sobreira

Átila Einstein de Oliveira Celyne Silva Paiva Lauro Ferreira Rocha Junior Pedro Paulo Austin Felix Renato Jevson Nunes Maciel

PC Luiz Carlos Fernandes Moreira Wedja de Souza Barros

Francisco Ricardo Vieira Catarina João Antonio Barbosa Gadelha Jorge Costa de Araújo

PGJ Ana Claudia Martins Teixeira Haley de Carvalho Filho Marciana Isabely Martins Pereira Marina de Castro Ribeiro Barbosa Naiana Corrêa Lima Peixoto Teresa Jacqueline Ciríaco Ribeiro Ticiana Cira Lima Sampaio

PGE Jamile Costa Pessoa Campelo Maria Vânia Pires Costa Raimunda Jozielma Viana Ferreira Rosa Maria Chaves

SAP Antonia Aurinete de Almeida Braga Antonio Arruda Filho Elton Alves Gurgel Gabriela Duarte Simões Geovana Sousa do Nascimento



SAP Maria Tereza Mendes Cavalcante

Paulo Roberto Rabelo da Silva Suzy Hellen Tavares Cavalcante Verônica Sousa dos Santos Correia

SECITECE Adeline de Araújo Lobão da Silva

Adriana Maria Lima Gomes Aline Linhares Holanda Ana Maria Cavalcante Carneiro

André Ramos Silva

Bruna Dheingryd Farias Vasconcelos

Camila Arruda

Cândido Bezerra da Costa Neto Edgar Monte Mariano Neto Flaviana Ferreira Pereira Gabriela Purcaru Ivete Ferreira Gomes

lacqueline Cavalcante de Alencar

José Flávio Guedes Katiane Queiroz da Silva Kelly Ferreira Leite

Maria Adeliene de Araújo Lobão

Santos

Maria Elieta Lima Barbosa Maria Rose Jane Ribeiro Albuquerque

Raisa Silvestre Ferreira Ricardo da Costa e Silva Lima Rodrigo Cavalcante Colares

SECULT Alexandre Veras de Freitas

Amanda Matos de Sá Silveira Bianca Silva Campello Bruno Pereira Franca

Cicero Oliveira Gondim

Cristina Holanda

Cristina Maria do Vale Marques

Davi Jorge Aguiar do Rego

Débora Magalhães Varela

Emmanuel Bastos Lopes

Ernesto de Sousa Gadelha Costa

Fábio Araújo

Goreth Albuquerque lefferson Dantas Santos

léssica Ohara Pacheco Chuab

João Ferreira de Almeida Junior José Ferreira Mota Neto

Jonatas Isaac Apolonio da Silva

Kilviany Pereira de Sousa

Laízi Fracalossi

Luisa Cela de Arruda Coelho

SECULT Luis Torres de Melo Filho

Maria Janete Venâncio Piheiro

Mariana Braga Teixeira

Maura Isidório

Natalie Lopes Skeff

Nelson Santa Cruz

Nílhio Thé

Paula Gomes da Silveira

Patricia Maria Apolônio de Oliveira

Raquel Honório

Rosana Marques Lima

Roberta Fraga Machado

Sofia Mettenheim

Valéria de Sousa Santos

Valeria Marcia Pinto Cordeiro

Wilma Jales

SEDUC Aline Matos de Amorim

Allyson Fernandes Liandro

Anna Karina Pacífico Barros

Bruna Alves Leão

Célia Maria Soares Pereira

Daniel Marinho Almeida

Daniele de Oliveira Fontes Denílson Albano Portácio

Denylson da Silva Prado Ribeiro

Francisca Aparecida Prado Pinto

Francisca Imaculada dos Santos Silva

Francisca Juliana Feitosa Soares

Francisco Bruno Freire

Gezenira Rodrigues Da Silva

Jorge Bhering Linhares Aragão losé Iran Da Silva

Iosilene Dias De Sena

Kelem Carla Santos de Freitas

Lúcia Maria Gomes

Maria Alves de Melo

Maria Marlene Vieira Freitas

Myrvia Muniz Rebouças

Nohemy Rezende Ibanez

Patricia Maria de Abreu Martins

Raimundo Elson Mesquita Viana

Regis Brito Ribeiro

Ronaldo Glauber Maia de Oliveira

Tom Jones da Silva Carneiro

Veranice Paiva Pinto

SEFAZ Ana Raquel Nunes de Sena

Auler Gomes de Sousa

Sandro Ney Cassiano Rodrigues



SEINFRA Bruno Facundo Braga

Clea Mesquita Lopes

Gabriel Marçal da Cunha Pereira

Carvalho

Jerffson Luiz de Meneses Ventura

Joaquim Firmino Filho

Lucas Souza dos Santos

Luciane Cenachi Arrais Leite

Marciano Coelho de Souza

Maria Rumana Rodrigues E Sigueira

Paulo César Moreira de Sousa

Tânia Maria Cunha Alves

Tiago Brasileiro Coelho

SPS Alysson Leonard Rodrigues Ferreira

Ana Paula Lopes Ferreira Sales

Aline Bezerra Oliveira Lima Cancio Aila Pegueno Holanda Porto

Aryanne da Paz Sousa

Camille Albuquerque Lessa

Celia Maria de Souza Melo

Célia Vieira de Mesquita

Célio Miranda Albuquerque

Cynthia Monteiro Nogueira

Dalila Rodrigues

Delza Maria Barata Alencar

Denise Moreira de Aguiar

Eileen Holanda de Souza

Erica Nayane Oliveira Praciano

Eveline Alcantara da Rocha

Francisca Martir da Silva Francisco Rodrigo Josino Amaral

Francisco José Sousa de Carvalho

Francisco Narciso Silva de Oliveira

lúnior

Gabriela Freitas

Gloria Francisca Burlamagui Carvalho

Harllen Lavor Saraiva

Hilbse Elane Rocha Silva Martins

Isaac Moreira Lima

Jaciara França de Deus Silva

João Tadeu Lustosa de Brito Júnior

locélio Pereira

Iosé William da Silva Monteiro

Lidiane Nogueira Rebouças

Lilian Cristiane Do Nascimento

Louvrier

Lívia Gomes de Oliveira

Livia Maria Xerez de Azevedo

Maria Anete Morel de Souza Gonzaga

Marcilia Arlene Costa Gomes

Marcia Maria de Medeiros Dutra

Maria Heurenice Moura de Souza

Maria de Conceição Nunes

Maria de Fátima Lourenço Magalhães

Maria de Jesus Pereira Barros Neta

Mary Anne Liborio de Patricio Ribeiro

Mel Meireles Padilha

Mônica Regina Gondim Feitoza

Norma Zelia Pinheiro Moreira de

Andrade

Patrícia D'oliveira Araújo Liebmann

Patrícia Meireles de Brito

Rachel Saraiva Leão Viana Rebecca de Oliveira Cortez Pereira

Dauer

Regina Angela Sales Praciano

Rodrigo Soares Cavalcante

Rosilane Ribeiro

Rute de Souza Ferreira

Sandra Maria Braga Libanio de

Vasconcelos

Sandra Maria Ferreira de Morais

Sebastião Lopes Araújo

Silvana de Matos Brito Simões

Silvia Cavalleire Araújo da Silva

Tânia Cristina Azevedo de Araúio Tatiane Elpídio da Silva

Tereza Cristina do Vale Canabrava

Vyna Maria Cruz Leite

SESA Ana Rita Paulo Cardoso

> Carlos Eduardo Mathias de Alcântara Davi Queiroz de Carvalho Fernanda

Franca Cabral

lane Marv de Miranda Lima

João Washington de Meneses

Joelia Rodrigues da Silva

Kelvia Maria Oliveira Borges

Malbia Oliveira Rolim

Maria Raquel Rodrigues de Carvalho

Rafael Reinaldo da Silva

Raimunda Félix de Oliveira

Raquel Costa Lima de Magalhães

Sérgio Murilo Martins Cruz

Sheilla Maria Brigido da Silva

Thais Nogueira Faco de Paula Pessoa

Thiago Santos Garces

Vivian da Silva Gomes



SSPDS Emily Pereira Soares

Francisco Vanderlan Carvalho Vieira

Filho

SCIDADES Adriana Xavier de Santiago

Antonio Negreiros Bastos Neto

Cleidiane Barros Candido Vasconcelos

Gilber Cristian B. Costa

Ídima Silvia Ferreira Rodrigues Jackeline Oliveira Nobre Recamonde

lackson Pessoa da Silva

Marcella Facó Soares

Márcia Leila Pinheiro Machado

Maria Teresa Ribeiro Aguiar

Pryscilla Gomes Mota Matos

Sarah Gleiciane de Araujo Silva

Thiago Farias Vidal

Verlene Maria Gomes Teixeira

Waldemar Augusto da Silva Cardoso

Pereira

SDA Barbara Niele Alexandre da Silva

Ribeiro Vieira

Christiana Sarmento Melo Conceição de Maria Pontes Moreira

Eduardo Martins Barbosa

Francisca Fátima Gomes Gurgel

Francisca Francileide Pinho Pinheiro

Francisca Rocicleide Ferreira da Silva

Francisco Humberto de Carvalho Neto

Francisco Osvaldo Moura Maranhão

Francisco Sidney Gomes dos Santos

Gleydson Ribeiro dos Santos

Guido Colares Filho

Ilo Pinheiro Cavalcante losé Arimatéa Goncalves

José Lima Castro Júnior

José Nelson Santiago Sombra

José Roberto Pinto Cavalcante

Julianna Albuquerque Martins

Lafaete Almeida de Oliveira Mesquita

Lília Michele da Costa Souza

Lorena Morais Soriano Lucivânia Maria do Nascimento

Ferreira

Márcio José Alves Peixoto

Maria do Socorro Brito Cunha

Maria Enésia da Silva Neta

Maria Iris Tavares Frias

Maristela Calvário Pinheiro

Monica Maria Macedo de Sousa

Nevara Araújo Lage

Nathizael Gonçalves Leandro

Yara Araújo Lage

SDF Adriana Melo Santos Martins

Ananda Arnaud Alves

Aníbal José de Souza

Bruna Delfino Cabral

Henrique Cavalcante Freitas

Jane Kelly Braga Bezerra

José Aguiar Beltrão Junior

José Henrique Moreira

José Sergio Baima Magalhães

Karla Karolline de Jesus Abrantes

Luana Lima Bandeira Araújo

Marcello Goncalves Milliole

Marcelo Marcilio Santo

Mauro César Cordeiro de Oliveira

Michelle do Carmo Sobreira

Domingues

Natasha Marina Melo Grzybowski

Patrícia Maria Campos Pinheiro

Pedro Henrique Martins Lopes

Rubenildo Falcão Melo

Vandemberk Rocha de Oliveira

SEJUV Cláudia Feitosa Teles Carneiro

> Fabíola Linhares Bezerra Gotardo Gurgel

> Maxwell Xavier de Sousa

Maria Rozilene Bruno de Almeida

Roberto César Lima da Silva

SEMA Maria Dias Cavalcante

Nelci Gadelha de Almeida

SEPLAG Alda Maria Araújo de Oliveira

Alexandre Araujo da Silva

Alexandre Wilfred Rebouças Sampaio

Ana Lúcia Lima Gadelha

André Theophilo Lima

Araken Sedrim de Aguiar Neto

Augusto César Costa Junior

Carla Valéria Nogueira

Cristiane Lorenzeti Collares

Daniel Ivo de Andrade Daniele Passos de Lima Albuquerque

Elidiane Martins Freitas



SEPLAG Everton Cabral Maciel Fernanda Teles Lima

Francisco de Assis Barreto Dias de

Carvalho

Francisco José Barbosa Pinheiro Francisco José Coelho Bezerra Francisco Sérgio Rodrigues Pereira Guirlanda de Fatima Tavora Ponte Helder Ferreira de Andrade Helovsa Helena de Meneses Freire Rocha Hermenegilda Andréa Carla

Machado Isânia Maria Alves Caçula Silva João Parente de Oliveira Maciel Jordete de Oliveira Franco Gomes

José Lima de Freitas Júnior Iulian Marlos Carneiro Lima Licia Maria Viana Bezerra

Lidiane Andrade Mateus

Luciano de Sousa Pontes Manoel Hélio Holanda Neto

Marcia Maria Soares Gurgel Maria Carmelita Sampaio Colares

Maria Cristiane Maia Caxilé Maria Hebe Camurça Citó

Maria Jeane Peixoto Sampaio Maria Jose Furtado de Vasconcelos

Maria Neyane Monte Carneiro Magson Eldo Candido Ferreira

Mércia Maria de Melo Ponte Lima Notlin de Araujo Almeida

Otávio Nunes de Vasconcelos Raimundo Nonato Rodrigues Silva

Regis de Albuquerque Silva Rejane Albuquerque Cavalcante

Ricardo Pinto Rodrigues Ricardo Ribeiro Santos

Rossana Maria Guerra Ludueña

Rosângela Maria Viana Guerra Sandra Virgínia Austregésilo Guedes

Silvana Martins Rodrigues Dourado Silviane Torres da Costa

Soraya Quixada Bezerra

Ticiana da Mota Gentil Parente

Valdir Augusto da Silva Vanessa Machado Arraes

Wagner Nery Moreira Aguiar Ygor Sampaio da Cruz

SETUR Ana Lúcia Aragão Alves

José Valdo Mesquita Aires Filho Iuliana Barros de Oliveira Luiz Mauro Aragão Rosa

SRH

Heloísa de Aquino Câmara Heloisa Helena Garcia Mota Ioão Paulo da Cruz da Silva Karine Machado Campos Fontenele Mercia Cristina Mangueira Sales Norberto Aguiar Montezuma de Carvalho

Rosianny Fernandes das Chagas Sérgio Moreira Câmara

SOHIDRA

Luce Karine Soares Balreira Yuri Castro de Oliveira

SOP

Alcides Maria do Nascimento Parente Camila Augusta Passos Chaves Felipe Natan Ramos de Freitas Filipe Braid Carannante João Bosco de Castro José Mauricio Nobre de Oliveira Maria Salete Lucena Fernandes de

Azevedo Monica Holanda Freitas

Neuiton De Castro Lopes Maciel Ouirino Ponte Saulo Marinho Câmara

Tomás Jerffeson de Souza Oliveira

SUPESP

Anderson Duarte Barboza Franklin de Sousa Torres Marvsol Dantas de Medeiros Manuela Chaves Loureiro Candido Sheiliane Sales Luz Talita Jéssica do Nascimento de Araújo Talyta do Vale Nepomuceno Thiago Oliveira da Silva

SEAS Angela Márcia Fernandes Araújo

SEMACE Andrea Limaverde de Araújo Carolina Braga Dias Edilson Holanda Costa Filho Louise de Souza Medeiros Nátália Pinheiro Xavier



TCE Bernardo Ary Romcy de Sanford Lima Carlos Alberto de Miranda Nascimento Eugênio de Castro e Silva Menezes Francisco Davi Barros Rocha Hilaria de Sá Barreto José Auriço Oliveira Liana Peixoto Brandão Luciana Barbosa Queiroz de Almeida Marcos Murilo Timbó Batista Mônica Moura Mota Landim

Camila Alencar de Freitas Carlos Henrique Beserra de Moraes Christiane Myrta de Oliveira Francisco das Chagas Bezerra Sobrinho Francisco Ubiratan Castro Viana Júnior José Marcelo Maia Nogueira Jucélia Bento de Castro Maria Rafaela de Oliveira Freitas Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão Rafael Garcia Barbosa Renata Silveira Meneses Renato Araújo Duarte Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá Simão Melo Gurgel

ViceGov

Carla Melo da Escóssia
Marília Goya Fernandes
Pedrita Ferreira Viana
Francisca Ozanira Torres Pinto de
Aquino
Wendy Camelo Vitoriano
Luciana Girão da Silva
Marjorie Dionísio Xavier
Lillian Virgínia Carneiro Gondim
Luana Carla Bandeira Sobrinho
Antônia Estefânia Alves Maciel
Hirley Esmeraldo Ribeiro



SUMÁRIO

VOLUME I

Revisão do Plano Plurianual 2020-2023 - Metodologia e Planejamento Integrado, $p\acute{a}g$. 25

A metodologia de Revisão do PPA 2020-2023, *pág. 25* Etapas de Planejamento Integrado da Revisão, *pág. 30*

Panorama Socioeconômico e Perspectivas, pág. 35

Desempenho e Perspectivas da Economia Cearense, pág. 36

Desempenho da Economia Cearense, pág. 36 Setor Agropecuário, pág. 39 Setor Industrial, pág. 44 Setor de Serviços, pág. 49 Comércio Exterior, pág. 58 Mercado de Trabalho, pág. 61 Finanças Públicas, pág. 66 **Perspectivas da Economia Cearense**, pág. 69

Desenvolvimento Social no período recente, pág. 71

Aspectos Demográficos, *pág.*Saúde, *pág.*Educação, pág. 74 Condições dos Domicílios Particulares, *pág.*Emprego e Rendimentos do Trabalho, *pág.*Pobreza e Desigualdade, *pág.*

Diretrizes Estratégicas, pág. 87 **Diretrizes Regionais**, pág. 99



VOLUME II

ANEXO I - Estrutura do Plano Plurianual 2020 2023, pág. 124

ANEXO II - Demonstrativo de Eixos, Temas e Programas, pág. 474

ANEXO III - Demonstrativo Consolidado de Valores Financeiros, pág. 960

ANEXO IV - Demonstrativo de Entregas por Região de Planejamentos, pág. 986

ANEXO V - Alinhamento com as Diretrizes Regionais, pág. 1176

ANEXO VI - Agendas Transversais, pág. 1966

ANEXO VII - Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pág. 2050

ANEXO VIII - Alinhamento com o Ceará 2050, pág. 2276



MENSAGEM DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

MENSAGEM N° , DE DE DE 2021.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que "DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 PARA O PERÍODO 2022-2023 E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N° 17.160, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019".

Ao apresentar esta Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, o Governo do Estado do Ceará, no limiar do ano de 2022, o derradeiro da atual Gestão Governamental, trata de aprimorar o principal instrumento de planejamento legalmente constituído, no elevado patamar dos projetos de expansão da oferta de serviços públicos à sociedade, de acordo com os pressupostos observados na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado do Ceará de 1989.

Este Plano, que conecta duas Gestões Governamentais numa expectativa de assegurar a continuidade das estratégias alinhadas, alcança o momento da sua revisão, buscando o aprimoramento das definições de metas pactuadas com a sociedade e contribuindo para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados, desde que estabeleceu a alocação de recursos para um período de quatro anos.

Nesta expectativa se inserem todas as iniciativas de Governo, revigoradas pela participação popular e cidadã cada vez mais acolhida e vigorosa.

Nossa Gestão Governamental, eleita para o período 2019-2022, assumiu a relevante missão de elaborar, de forma integrada e articulada com a população e todas as instituições públicas estaduais, incluindo as três esferas de poder, o Plano para o quadriênio 2020-2023, procede agora à Revisão da efetividade de suas diretrizes estratégicas, dos compromissos e resultados planejados, assumidos e alcançados junto à sociedade, considerando, num ambiente ainda submetido à pandemia, os indicadores e variáveis relacionadas às tendências globais, nacionais e regionais, além do panorama socioeconômico.

O desafio da revisão no Planejamento Governamental busca verificar como se processaram os propósitos de efetivar, integrar e sintetizar, em um único instrumento, a vontade e os interesses dos cearenses, reorientando a atuação dos gestores públicos e dos agentes sociais na implementação das políticas públicas.

Esta é uma das principais razões pelas quais a missão de planejar e estabelecer um futuro consistente e animador, pode consagrar uma estratégia fundamental na superação dos grandes desafios da gestão pública.

Precisamente, este é o momento em que se deve levar em consideração o perfil de dispositivo do planejamento de médio prazo,

materializado no Plano Plurianual, que está submetido a mudanças de acordo com a realização dos cenários prospectados no Estado do Ceará, no seu período de vigência, requerendo os ajustes e modificações necessárias, a partir da elaboração de suas revisões ou adequações previstas em Lei.

Convicto de que os ilustres membros dessa Casa Legislativa haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, solicito a Vossa Excelência emprestar sua valiosa colaboração no seu encaminhamento, e sua posterior aprovação, tendo em vista a importância da matéria.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos seus eminentes Pares, protesto de elevado apreço e distinguida consideração.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos de de 2021.

Camilo Sobreira de Santana
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

A Sua Excelência o Senhor **Deputado EVANDRO SÁ BARRETO LEITÃO Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**





REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 202-2023

Metodologia e Planejamento Integrado

REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2020-2023 - METODOLOGIA E PLANEJAMENTO INTEGRADO

Enquanto parte do Planejamento, o Plano Plurianual (PPA) compreende etapas de implementação que incluem uma Revisão prévia, ao limiar do seu terceiro ano de vigência. Neste sentido, desde a já iniciada participação cidadã, se desdobra entre ajustes e correções na concepção do Plano, visando seu aprimoramento, e do processo como um todo, em consequência dessas modificações e evolução.

Assim, o PPA incorpora a Revisão dos 24 primeiros meses, definido como dispositivo de médio prazo que reflete diretrizes, objetivos e metas estabelecidas ao desenvolvimento estadual, num período de quatro anos, com a abrangência temporal do segundo, terceiro e quarto anos do mandato do governante eleito, e o primeiro ano do governo seguinte, no sentido de assegurar a continuidade estratégica de ações entre gestões subsequentes. Neste sentido, o PPA 2020–2023 mantém, nesta Revisão e em seus passos posteriores, todas as características delineadas, de forma articulada e coordenada, contendo os enunciados das diretrizes, objetivos e metas, regidos por premissas constantes da Lei de nº 17.160/2019.

Premissas do PPA 2020-2023

Definido como um dos elementos fundamentais do Planejamento do Estado, o PPA é orientado pelas premissas a seguir, em parte reformuladas e enriquecidas no período de Revisão, dentro de uma nova e privilegiada relevância para a implementação das políticas públicas no seu período de vigência.

- **Gestão para Resultados:** referenciado como modelo de gestão pública que se baseia no estabelecimento de resultados desejados sob a ótica do cidadão, enquanto público-meta da oferta de bens e serviços públicos, desde a mensuração obtida por indicadores que traduzem o desempenho das políticas, mesmo influenciados por variáveis que podem interferir na qualidade e na quantidade da oferta estabelecida (pandemia e outros fenômenos sanitários, econômicos e sociais, previsíveis ou não).
- Participação Cidadã: reconhecida como direito inalienável do cidadão, visa que o Estado e a população compartilhem do poder de decisão sobre as políticas públicas que devem ser priorizadas diante da agenda governamental. A referida participação é responsável por garantir a democratização do debate no sentido da eficiência, eficácia e impacto das políticas públicas, fortalecendo a estratégia governamental de harmonização com seus beneficiários.
- Fortalecimento do desenvolvimento territorial: busca estabelecer a qualificação entre a oferta governamental e as potencialidades das vocações sociais, econômicas e produtivas dos territórios, visando superar desafios, sobretudo a desigualdade entre as diversas classes e camadas das populações das 14 Regiões de Planejamento do Estado do Ceará, buscando localizar, referenciar e potencializar oportunidades de desenvolvimento por meio da participação efetiva dos municípios e a cooperação intrarregional.
- Intersetorialidade: traduz o fomento à formulação e implementação de políticas públicas articuladas e integradas, tendo como principal mecanismo as Agendas Transversais, capazes de assimilar e impulsionar possibilidades de progresso ofertado à população e à organização logística das ações definidas, superando a fragmentação das iniciativas governamentais e o desperdício de recursos.
- Fomento ao Desenvolvimento Sustentável: numa concepção alinhada ao conceito global, e orientando a demanda por um planejamento de políticas públicas regido

pela sustentabilidade econômica, ambiental e social do Estado em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e em sintonia com as necessidades de combate ao aquecimento global.

Metodologia de Revisão do Plano

O processo de revisão do planejamento governamental de natureza plurianual se justifica por meio dos itens a seguir:

- **a)** Os cenários prospectados, no momento da elaboração, mudaram consideravelmente e os objetivos traçados devem acompanhar as transformações, havendo necessidade de ajuste nas diretrizes estratégicas;
- **b)** O Planejamento é um processo que exige melhorias contínuas e amadurecimento, o que sedimenta ainda mais a importância da revisão;
- **c)** O processo de Monitoramento do PPA promoveu a realimentação das informações acerca da implementação dos programas e os direcionadores para a tomada de decisão, subsidiando a melhoria no desenho da oferta governamental declarada no Plano; e
- **d)** Observou-se que as metas de oferta propostas no Planejamento inicial não foram, em grande parte, alcançadas, o que indica uma necessidade de reanálise dos parâmetros utilizados inicialmente para sua estimação.

A Revisão do PPA 2020-2023 do Estado incorpora o processo segundo o qual a metodologia de construção do Plano Plurianual, para o quadriênio 2020-2023, foi idealizada na perspectiva de buscar aprimoramento constante dos mecanismos de planejamento governamental, em alinhamento ao Modelo de Gestão para Resultados do Ceará, desde o contínuo esforço no sentido de alcançá-los.

O Plano Plurianual, ao estabelecer de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas estaduais, declarando as escolhas pactuadas com a sociedade e contribuindo para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados, pressupõe direcionadores estratégicos para sua formulação, contendo macrotendências, panorama socioeconômico e perspectivas econômicas, além de diretrizes estratégicas e regionais, estruturando-se nas seguintes bases ou dimensões:

Base Estratégica

Trata-se do desenho estratégico do alcance do Plano, sob a ótica da demanda, ou seja, da percepção da sociedade acerca do que se espera alcançar de resultados nas diversas políticas públicas, em uma visão de **efetividade**. Tal base corresponde ao conjunto dos:

- Eixos Governamentais de atuação intersetorial, resultados estratégicos e indicadores; e
- Temas Estratégicos, resultados e indicadores.

Base Tática

Sob a ótica da oferta governamental, a Base Tática, ou Programática, define caminhos, por meio dos programas, e estabelece metas, na busca da **eficácia** na implementação das estratégias voltadas ao alcance dos resultados estabelecidos na Base Estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada.

Base Operacional

Relaciona-se com o desempenho da ação governamental, no nível da **eficiência**, podendo ou não necessitar de aporte de recursos financeiros, sendo estes

orçamentários ou extraorçamentários. Esta é a base especialmente conectada com a Lei Orçamentária Anual, no tocante às ações que necessitam de recursos financeiros registrados no orçamento público.

O PPA 2020–2023 trata essas dimensões conforme ilustrado na figura a seguir, com suas principais categorias, descritas na sequência.

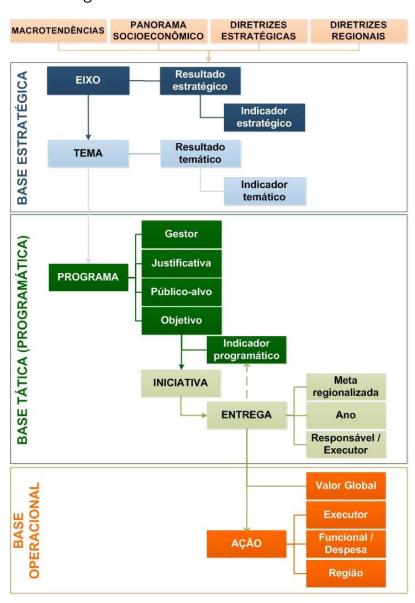


Figura 1 - Estrutura do PPA 2020-2023

A Base Estratégica do PPA 2020-2023 é definida a partir do **Eixo Governamental de Atuação Intersetorial**, elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um Estado dotado de desenvolvimento sustentável e qualidade de vida aos seus cidadãos – enquanto requisito fundamental da cidadania.

No âmbito deste Plano, cada um dos eixos representa uma vertente de organização das políticas públicas, em um contexto de integração, de sete faces: Ceará Acolhedor; Ceará da Gestão Democrática para Resultados; Ceará de Oportunidades; Ceará do Conhecimento; Ceará Pacífico, Ceará Saudável e Ceará Sustentável.

Para cada Eixo foi discutido e estabelecido seu *Resultado Estratégico*, que traduz a situação futura que se deseja visualizar, medido por indicadores de impacto, na forma de instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada Eixo, gerando subsídios para o monitoramento e a avaliação, desde a observação do perfil de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Etapas de Planejamento Integrado da Revisão

Sabendo que o planejamento público necessita da participação de uma rede de diferentes atores, a revisão buscou aproximar tanto as setoriais quanto a sociedade, para além de uma obrigação legal. Essa integração é vista como parte fundamental da elaboração de qualquer instrumento de planejamento governamental. Para isso, o processo contou com duas etapas principais: integração com a Rede de Planejamento Estadual (RENOP) e a de Participação Cidadã.

Integração com a Rede Estadual de Planejamento e Orçamento (RENOP)

A RENOP se caracteriza como estratégia de interlocução entre o Órgão de Planejamento do Governo Estadual - a Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), e os Órgãos Setoriais. Durante o processo de revisão essa atuação multissetorial visou trazer um ajuste baseado em evidências para alteração das expectativas de desempenho dos indicadores de eixo e tema, metas de desempenho dos indicadores estratégicos, metas físicas das entregas e vinculações inerentes, todas direcionadas para os dois últimos anos de vigência deste PPA.

Dentro da revisão, os integrantes da RENOP participaram em diferentes etapa, sendo elas:

- Realização do Cursos Preparatório para Revisão do PPA 2020-2023, ofertado pela Seplag e Escola de Gestão Pública - EGP, tendo como público alvo 7 turmas com integrantes das Setoriais nos dias 28/06/21 07/07/21, capacitando um total de 237 pessoas;
- Revisão do PPA no Siof Web; e
- Vinculação das Diretrizes Regionais às Iniciativas.

O envolvimento de Secretarias e Entidades Vinculadas em (re)planejar ações futuras, demonstra o esforço conjunto para assegurar políticas públicas multissetoriais em torno dos objetivo comuns pactuados dentro da agenda governamental do Estado do Ceará.

Participação Cidadã no processo de Revisão

A Participação Cidadã, como premissa fundamental no PPA 2020-2023, é justificada pela necessidade do planejamento conjunto das ações governamentais, para melhor traduzir

as realidades de cada território. Daí, cabe ao Governo mobilizar a sociedade para construir o consenso em torno do que deve ser priorizado na agenda governamental.

Para fomentar a participação na Revisão, durante a pandemia do Covid-19, o Governo Estadual se utilizou da democracia digital na tentativa de atingir o maior número de participantes. Para tanto, a Seplag contou com importantes apoios, sendo a Casa Civil responsável pela mobilização dos atores sociais e a transmissão do Webinar "Governança Democrática e Participação Social", e a Controladoria Geral do Estado pela criação de espaço destinado ao PPA na plataforma Ceará Transparente, essencial para viabilizar a participação social nesse período pandêmico.

Diante da impossibilidade de realização de encontros presenciais, o ambiente virtual foi adaptado para receber essa demanda de participação por meio de duas etapas:

- Revisão das diretrizes regionais: momento em que o cidadão teve acesso ao conjunto de estratégias regionais estabelecidas para o tratamento das situações-problemas registradas no âmbito dos temas de políticas públicas, a fim de verificar o que deveria ser mantido e o que era necessário acrescentar.
- Priorização das estratégias regionais: após análise e consolidação das propostas apresentadas na etapa anterior, este é o momento em que o cidadão indica, dentre as estratégias resultantes, as que considera prioritárias para subsidiar o direcionamento das políticas de Governo.

Ademais, o caminho trilhado pelo planejamento estadual é vislumbrado por estratégias que integram e fazem a escuta ativa dos beneficiários e atores interessados nas políticas públicas, para assim adotar ações que façam prevalecer a igualdade social, cidadania, crescimento econômico e o desenvolvimento regional sustentável, na perspectiva de garantir ao Ceará um futuro próspero.



PANORAMA SOCIECONÔMICO E PERSPECTIVAS

PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

Apesar da crise econômica causada pela pandemia da Covid-19, iniciada ainda em 2020, a economia cearense vem apresentando, em 2021, retomada do crescimento, fruto do aumento da produção, a partir da redução das restrições sanitárias, na medida em que a vacinação avança, principalmente nas atividades do setor de serviços, como alojamento; alimentação; transportes de passageiros e serviços prestados às famílias. Além disso, merece registro que o Estado também é destaque, na área social, pelos excelentes resultados na educação pública com base nos últimos resultados no IDEB.

Diferentemente do cenário nacional, configurado por uma situação de elevado déficit nas contas públicas, o Ceará tem se destacado pelo forte equilíbrio fiscal, o que possibilita aumento dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, como recursos hídricos; energias renováveis e transporte; o que contribui, efetivamente, para elevar a competitividade da economia cearense, pelo estimulo aos investimentos privados, nos diversos setores produtivos do Estado. O Ceará vem registrando, em média, taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima das alcançadas pelo Brasil, atingindo um montante de R\$ 155,90 bilhões, em 2018, ocupando a décima segunda maior economia do País, e a terceira na Região Nordeste.

Quando controlado pelo tamanho populacional, o Estado apresentou, em 2018, um PIB per capita igual a R\$ 17.178, representando, aproximadamente, 51% do PIB per capita do Brasil. Isso demonstra o grande desafio que o Estado possui na superação da baixa renda em relação ao País, ficando na vigésima terceira colocação, quando se considera o PIB per capita em nível Nacional.

Ao lado do desempenho econômico observam-se, nos últimos dez anos, importantes avanços na qualidade de alguns indicadores sociais, como a redução da taxa de mortalidade infantil; a redução da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade; aumento na média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais; além da prioridade em políticas públicas de desenvolvimento infantil, principalmente para atender as crianças mais pobres.

Acrescente-se, ainda, a atuação governamental desde o início da pandemia, na execução de ações para mitigar os efeitos negativos sobre a vida da população

cearense, como a ampliação do número de famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará; entrega do Vale Gás Social; isenção de pagamento das faturas referentes ao consumo de água (Cagece); pagamento da conta de luz para famílias de baixa renda; entrega de cartões vale alimentação para alunos da Rede Estadual de Ensino; entre outras.

A seguir serão apresentados os elementos do panorama socioeconômico e as perspectivas da economia que dão suporte às diretrizes estratégicas do Plano Plurianual e, consequentemente, à elaboração dos programas.

1. DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA CEARENSE

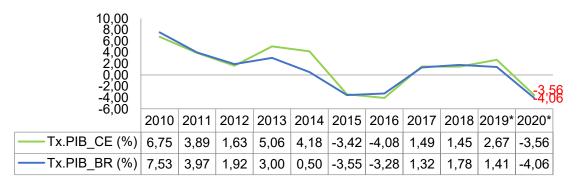
1.1. O Desempenho da Economia Cearense

O Ceará responde pela 12ª economia do País e pela 3ª da Região Nordeste. O PIB Cearense¹ abrange 2,23% do PIB Brasileiro e 15,52% do PIB Nordestino, correspondendo a R\$ 155,90 bilhões. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (76,74%), seguidos da Indústria (18,09%) e da Agropecuária, que participa com 5,17%.

Ao se analisar o período de 2010 a 2020 (Gráfico 1), no intervalo 2014-2016 ocorreu a crise macroeconômica em decorrência do forte déficit fiscal do Governo Federal; da perda de confiança do setor privado na economia e da crise política, iniciada a partir do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Entre 2017-2019 ocorreu uma retomada do crescimento econômico, porém interrompida pela crise macroeconômica em 2020 causada pelos efeitos da pandemia da Covid-19 iniciada em março de 2020.

¹ Dados r eferente a o PIB do an o de 2018, no qu al c orresponde ao último an o d efinitivo divulgado pelo IBGE.

Gráfico 1: Evolução da Taxa de Crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2010-2020.



Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE.

(*) 2019 e 2020 - dados preliminares, sujeitos a alterações quando o IBGE divulgar os dados definitivos.

A Pandemia da Covid-19 causou fortes impactos negativos na economia, em decorrência das medidas de isolamentos social para a redução de contaminações e mortes, o que resultou em períodos de fechamento das atividades econômicas não essenciais, impactando fortemente as atividades econômicas dos setores dos serviços e da indústria.

Com a redução do nível de produção nesses setores, o mercado de trabalho apresentou aumento no nível de desemprego, o que acarretou a redução da massa salarial, gerando redução do consumo das famílias. Além disso, a queda do faturamento das empresas ocasionou um forte declínio do investimento privado, assim como o investimento público federal, que também declinou como consequência do forte desequilíbrio fiscal causado pela queda das receitas; pelo aumento dos gastos com saúde e pelo aumento das transferências aos Estados, via auxílio emergencial.

Apesar da queda de receitas e do aumento de gastos com saúde registrados nas contas públicas cearense, o Governo Estadual pode manter a sua agenda de investimentos, dada a manutenção e sustentabilidade da trajetória de equilíbrio fiscal.

O primeiro trimestre de 2021 registra crescimento do PIB, como verificado na Tabela 1, indicando que a retomada do crescimento deve-se perdurar durante todo o ano.

Tabela 1: Taxa de Crescimento (%) - Trimestral (variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior) Ceará e Brasil - 1º Trimestre/2021.

Setores/Atividades	1º Trimestre /2021				
Setul es/Atividades	Ceará	Brasil			
Agropecuária	1,80	5,2			
Indústria	7,17	3,0			
Serviços	-0,51	-0,8			
Valor Adicionado (VA)	1,28	0,8			
Produto Interno Bruto (PIB)	1,14	1,0			

Fonte: IPECE e IBGE. Elaboração dos autores. Obs.: dados preliminares, sujeitos a alterações.

Analisando o comportamento do PIB, em relação as Regiões de Planejamento, de forma a dimensionar a concentração produtiva, mesmo no Interior do Estado, pode-se observar que a Grande Fortaleza detém a maior participação em relação ao PIB do Ceará com 64,64%, seguida de duas outras Regiões de Planejamento que integram Regiões Metropolitanas - Cariri (7,62%) e Sertão de Sobral (4,57%).

Na análise histórica, quando se compara o ano de 2018 em relação ao ano de 2002, praticamente todas as Regiões de Planejamento mantiveram participações constantes, apesar de haver mudanças significativas quando comparados com os anos de 2010 e de 2017.

Tabela 2: Participações no PIB, a preços correntes, de acordo com a Região de Planejamento – Ceará – 2002, 2010, 2017 e 2018.

Região de	Produto	Interno Bru (R\$	Participação PIB Região / PIB Total (%)					
Planejamento	2002	2010	2017	2018	2002	2010	2017	2018
Grande								
Fortaleza	18.516.703	51.923.686	93.153.682	100.776.679	64,48	65,45	62,98	64,64
Cariri	2.068.248	5.894.419	11.996.165	11.874.893	7,20	7,43	8,11	7,62
Sertão de								
Sobral	1.381.182	3.622.505	6.774.857	7.121.437	4,81	4,57	4,58	4,57
Vale do								
Jaguaribe	1.018.207	2.550.602	5.274.639	5.479.275	3,55	3,21	3,57	3,51
Serra da								
Ibiapaba	620.701	1.780.235	3.958.771	4.235.655	2,16	2,24	2,68	2,72
Litoral Oeste /								
Vale do Curu	804.664	2.298.862	4.173.790	4.171.907	2,80	2,90	2,82	2,68
Sertão Central	708.648	1.934.842	3.826.927	3.947.993	2,47	2,44	2,59	2,53
Litoral Norte	593.473	1.803.666	4.095.766	3.922.859	2,07	2,27	2,77	2,52
Centro Sul	775.540	2.075.409	3.719.470	3.846.879	2,70	2,62	2,51	2,47
Sertão de								
Crateús	654.656	1.511.740	2.945.647	2.856.590	2,28	1,91	1,99	1,83
Litoral Leste	516.095	1.393.528	2.983.869	2.820.445	1,80	1,76	2,02	1,81
Maciço de								
Baturité	457.269	1.136.465	2.281.656	2.242.459	1,59	1,43	1,54	1,44
Sertão de								
Canindé	369.881	865.371	1.611.003	1.485.587	1,29	1,09	1,09	0,95
Sertão de								
Inhamuns	233.574	544.970	1.125.291	1.121.169	0,81	0,69	0,76	0,72
Ceará	28.718.840	79.336.299	147.921.534	155.903.825	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

1.1.1. O Setor Agropecuário

A estimativa da produção de grãos do Ceará em 2020 foi de 791.187 toneladas, sendo 41,4% maior do que a safra registrada em 2019, segundo informações apresentadas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE. Vale ressaltar que a produção de grãos em 2020 foi a maior registrada no Estado desde 2012 (Tabela 3).

Entre as culturas de grãos no Ceará, o milho foi o destaque em 2020, atingindo uma produção de 633.984 toneladas, ou seja, crescimento de 49,67% em relação à safra de 2019 e correspondeu à participação de 80,13% da produção total de

grãos do Estado. A produção de feijão e arroz também apresentaram bom desempenho em 2020, com cresciento de 13,33% e 3,07%, respectivamente, quando comparadas com o ano de 2021.

A produção de grãos foi beneficiada por condição climática favorável, ocorrida em todas as Regiões do Estado do Ceará, com uma distribuição temporal e espacial adequada para esse tipo de cultura.

Tabela 3: Produção de grãos (t), Ceará, 2019-2020.

Produção de Grãos	Produção (t) 2019*	Estimativa (t) 2020*	Variação (%) 2020/2019	Participação (%) 2020
Arroz	15.877	16.364	3,07	2,07
Feijão	110.067	124.743	13,33	15,77
Milho	423.601	633.984	49,67	80,13
Outros Grãos	9.913	16.096	62,37	2,03
Total	559.458	791.187	41,4	

Fonte: PAM & LSPA/IBGE. Elaboração: IPECE.

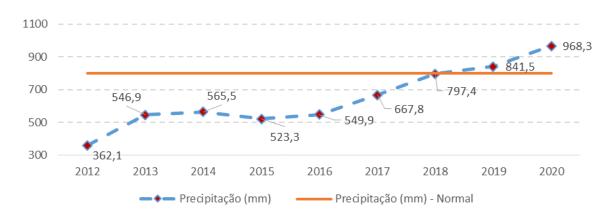
Nota: (*) Os dados de 2019 referem-se aos valores da Produção Agrícola Municipal (PAM), e os dados de 2020 correspondem a estimativa da safra colhidos pelo LSPA/IBGE. Não foram computados os dados de produção de sementes de milho levantados pela LSPA, para que as informações da LSPA fossem compatibilizadas com a PAM.

Esse incremento da produção de grãos do Ceará, em 2020, foi em grande parte beneficiado pela ocorrência de chuvas acima da média (800,6mm), o que possibilitou a recarga de pequenos açudes e a ampliação de áreas de baixios e de várzeas, proporcionando aos agricultores uma melhor disponibilidade hídrica e boas condições de umidade do solo para o plantio.

As chuvas registradas entre fevereiro e maio de 2020 no Ceará, conforme dados pluviométricos da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), foram 21,3% acima da Normal Climatológica (fevereiro-maio: 600,7mm), com um acumulado de chuvas de 728,6mm.

No que se refere à pluviosidade anual de 2020, verificou-se um volume de chuvas de 968,3mm, sendo 20,9% superior a Normal Climatológica Anual do Estado do Ceará (800,6mm) (Gráfico 2).

Gráfico 2: Precipitação Pluviométrica, Ceará, 2012-2020.



Fonte: Funceme. Elaboração: IPECE.

Em 2020, a produção agrícola do Ceará foi boa também para a fruticulura, que apresentou crescimento de 17,55%, comparado com 2019. As chuvas ocorridas em 2020 foram mais regulares, começando ainda no mês de janeiro e seguindo nos meses subsequentes, fato que animou os produtores de frutas. Além do aumento da água para a irrigação em algumas regiões, favorecendo para uma maior colheita de frutas e hortaliças.

Dessa forma, a produção de maracujá (37,5%) e coco-da-baía (33,8%) foram as maiores para 2020, comparado com 2019. As principais frutas que atendem ao mercado internacional também tiveram aumento na produção, a destacar: mamão (28,8%), melancia (17,2%), melão (7,22%) e banana (5,9%). Com relação a produção de castanha de caju, esta indicou queda de 2,8%, explicada pelo prolongamento da quadra chuvosa nas principais regiões produtoras, além de ter sido identificida a ocorrência da cochonilha, oídio, broca das castanhas e fortes ventos, que derrubaram as flores do fruto² (Tabela 4).

A produção de hortaliças também registrou crescimento em 2020 comparada com 2019, com taxa de 5,91%. O tomate foi a principal cultura desse grupo, tendo registrado crescimento na produção de 11,9%.

41

² Informações obtidas no Relatório do LSPA de dezembro de 2020.

Tabela 4: Produção Obtida e Estimativa de Frutas e Hortaliças no Ceará - 2019-2020 (Ton).

Produção de Frutas	Produção 2019	Estimativa 2020*	Variação (%) 2020/2019
Maracujá	145.102	199.565	37,53
Coco-da-baía **	302.748	405.019	33,78
Mamão	118.717	152.862	28,76
Melancia	50.677	59.391	17,20
Manga	42.701	48.171	12,81
Goiaba	19.795	21.272	7,46
Melão	68.866	73.838	7,22
Banana	406.334	430.336	5,91
Castanha	87.659	85.177	-2,83
Tomate	157.060	175.820	11,94

Fonte: IBGE. Notas: (*) As quantidades de 2018 e 2019 refere-se as estimativas obtidas pela LSPA. (**) Produção em mil frutos. Elaboração: IPECE.

As atividades da pecuária também mostraram bons resultados em 2020, mesmo com os efeitos causados pela pandemia do Covid-19. Conforme estimativas, a produção de leite para 2020 apresentou crescimento de 8,0%, comparado com 2019, indicando que a atividade continua em ascensão. A produção de galináceos cresceu 14,5%, estimulada pelo aumento da demanda de carne de frango devido o aumento da carne bovina.

Quanto a produção de ovos o crescimento estimado para o ano de 2020 foi de 3,4%, comparado com 2019. Com relação a produção bovina a estimativa para 2020 indicou crescimento de 4,0%, taxa maior do que a registrada em 2019 (Gráfico 3).

11,3%
11,3%
3,2%
4,0%
3,4%
BOVINO
LEITE
GALINÁCEOS
OVOS

Gráfico 3: Taxa de crescimento das Atividades da Pecuária - Ceará - 2019-2020.

Fonte: IBGE/IPECE. Elaboração: IPECE.

Neste contexto, verificou-se que o setor agropecuário foi o menos afetado pela pandemia mas, ainda assim, houve momentos de desequilíbrio e perdas. O começo de 2020 foi marcado por incertezas quanto à exportação de frutas, pois os países de destino estavam vivendo o primeiro momento de surto da pandemia. Porém, a partir do segundo semestre, as exportações aumentaram, encerrando o ano com crescimento. No mercado interno, em algumas cidades cearenses, os produtores tiveram dificuldade de escoar a mercadoria devido as barreiras sanitárias, prejudicando a comercailização. Na parte de hortaliças, houve aumento das vendas devido a maior demanda das pessoas por esses produtos.

Ao analisar o setor agropecuário por Regiões de Planejamento, constatou-se, para 2018, que a Região do Cariri permaneceu com a maior participação (14,17%), mesmo com perda, em relação a 2017. A Região da Serra da Ibiapaba concentrou 12,03% de participação do Valor Adicionado Bruto (VBP) da agropecuária do Ceará em 2018, destacada pelo fato de ser uma Região serrana, com característica climáticas favoráveis para a produção de hortaliças e, algumas frutas, principalmente a banana.

A Região do Vale do Jaguaribe participou com 11,74% em 2018 do VBP da agropecuária do Ceará. A Região é grande produtora de frutas e destaca-se por ser a principal bacia leiteira do Ceará. A Grande Fortaleza apresentou-se como a quarta maior no setor agropecuário, com 11,5% de participação. Os municípios como Caucaia, Pacatuba, Maranguape, dentre outros, ainda possuem grandes núcleos de áreas rurais.

As Regiões com menores participações do VAB do setor agropecuário, em 2018, foram Sertão dos Inhamuns (1,82%) e Sertão de Canindé (1,85%). Nessas Regiões, a média observada do volume de chuva é a menor do Ceará, sendo que apresentam maior dificuldade para desenvolver atividades agrícolas.

O setor agropecuário ganhou participação em cinco Regiões de Planejamento: Serra da Ibiapaba (2,24 p.p.); Centro Sul (0,95 p.p.); Sertão de Sobral (0,62 p.p.); Sertão do Inhamuns (0,13 p.p.) e Serra de Baturité (0,13 p.p.). Por outro lado, as Regiões que mais perderam participação foram: Litoral Oeste (1,55 p.p.); Cariri (-1,05 p.p.) e Litoral Leste (0,49 p.p.).

Tabela 5: Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade da agropecuária – Ceará – 2002, 2010, 2017 e 2018.

	Valor Adio	ecuária, a	Participação Agropecuária						
Região de Planejamento	pr	eços correr	ites (R\$ 1.00	0)	Região/Agropecuária Total Ceará				
	2002	2010	2017	2018	2002	2010	2017	2018	
Cariri	229.448	390.710	1.139.391	1.004.721	12,17	11,18	15,22	14,17	
Serra da Ibiapaba	156.519	351.872	732.708	853.114	8,30	10,07	9,79	12,03	
Vale do Jaguaribe	226.031	456.674	917.520	832.717	11,99	13,06	12,25	11,74	
Grande Fortaleza	210.166	453.133	862.493	815.830	11,15	12,96	11,52	11,50	
Litoral Leste	78.325	249.129	571.772	507.085	4,15	7,13	7,64	7,15	
Maciço de Baturité	105.170	265.103	514.233	496.306	5,58	7,58	6,87	7,00	
Centro Sul	138.022	207.873	396.386	442.952	7,32	5,95	5,29	6,25	
Litoral Norte	89.233	184.114	428.726	399.669	4,73	5,27	5,73	5,64	
Litoral Oeste/Vale do Curu	123.795	228.926	528.882	391.173	6,57	6,55	7,06	5,52	
Sertão Central	163.322	204.248	413.734	382.861	8,66	5,84	5,53	5,40	
Sertão de Sobral	88.990	158.064	343.095	368.960	4,72	4,52	4,58	5,20	
Sertão dos Crateús	134.611	161.577	362.139	336.519	7,14	4,62	4,84	4,74	
Sertão de Canindé	79.033	123.572	150.084	131.506	4,19	3,53	2,00	1,85	
Sertão dos Inhamuns	62.417	60.918	126.454	128.883	3,31	1,74	1,69	1,82	
Total Geral	1.885.081	3.495.911	7.487.618	7.092.296	100,00	100,00	100,00	100,00	

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

1.1.2. O Setor Industrial

A indústria desempenha um papel de relevo no desenvolvimento de qualquer economia. Sua contribuição se dá por diversos meios e perpassa, dentre outros, a geração de inovação; a agregação de valor à produção; os ganhos de produtividade e os encadeamentos e transbordamentos setoriais. Para o Estado do Ceará, tal leitura também é válida.

A análise em tela considera a indústria geral e seus segmentos e aborda os anos de 2017 a 2020, com ênfase nos dois últimos. Vale relembrar que o setor industrial

é composto pelas atividades de extrativa mineral; de transformação; construção civil e eletricidade, gás e água (SIUP). A presente seção traz também um destaque para a indústria de transformação, principal segmento industrial cearense, se utilizando de uma abordagem complementar. Por fim, traz uma avaliação da indústria nas Regiões de Planejamento do Estado.

Inicialmente, a partir do crescimento real do Valor Adicionado Bruto (VAB), é possível avaliar o desempenho produtivo das atividades industriais no período considerado. A utilização do VAB é oportuna pois se trata de uma medida comumente associada ao que seria o Produto Interno Bruto (PIB) destas atividades.

No tocante ao indicador, em 2017 e 2018, a Industria geral cearense registrou seguidas retrações anuais, respectivamente, de -2,8% e -2,0%, alongando a repercussão do período de crise da economia nacional iniciado ainda em 2015. Em 2017, a principal contribuição negativa veio da atividade de Construção civil, com retração de -11,4%, cuja justificativa reside principalmente nos desdobramentos da crise econômica. Já em 2018, a principal explicação ficou por conta da atividade de Eletricidade, gás e água, com uma retração de -4,9%, que interrompeu um ciclo de crescimento contínuo observado nos últimos anos. Tal resultado negativo pode ser associado, em especial, à redução na geração de energia dos parques eólicos e das termelétricas no território cearense.

O ano de 2019, diferente dos anteriores, marcou uma reversão do cenário de quedas contínuas no VAB industrial. Na comparação com 2018, Indústria geral apresentou uma forte expansão, com alta de 5,0%. O desempenho positivo pode ser atribuído à melhora do cenário macroeconômico nacional, com destaque para o avanço de reformas estruturantes, o controle da inflação e para redução consistente dos juros. Do ponto de vista local, a manutenção de um ambiente relativamente favorável ao desenvolvimento dos negócios, baseado especialmente na solidez fiscal, na segurança jurídica e nos investimentos conduzidos pelo Estado, contribuiu para o crescimento observado. De fato, à exceção da Indústria extrativa, os demais segmentos registraram taxas positivas para evolução real da produção. Dentre estas, destaques para o segmento da Construção civil, com alta expressiva de 10,3%, e para Eletricidade, gás e água, com expansão de 7,3%.

Já o ano de 2020, marcado pela pandemia da Covid-19, apresentou um resultado para o desempenho da economia descolado dos fundamentos econômicos característicos dos anos anteriores e totalmente influenciado pela evolução da doença e de suas consequências, em especial pelas medidas de proteção a saúde

pública e pela rede de apoio econômico e social estabelecida para amenizar os efeitos deletérios da crise sanitária. Ao final do período, a indústria cearense registrou uma forte redução de -7,1%, refletindo retrações igualmente intensas para maioria dos seus segmentos, com destaque para Indústria de transformação (-7,0%) e para Eletricidade, gás e água (-12,5%). A atividade da Construção civil foi a única com crescimento (0,6%), traduzindo o resultado de uma conjuntura peculiar que combinou juros baixos, elevação de poupança e de transferências governamentais.

Os números até aqui comentados podem ser visualizados na tabela 5, a seguir. Nela também é possível observar o desempenho para o Brasil. Em geral, a economia cearense apresentou nos anos observados um desempenho mais intenso e volátil que o nacional, indicando uma maior sensibilidade da economia local aos fenômenos que caracterizaram o período.

Tabela 6: Taxa de Crescimento Anual do Valor Adicionado Bruto da Industria Geral e das Atividades Industriais – Ceará e Brasil – 2017 a 2020.

Indústria Geral e Atividades Industriais	Taxa de Crescimento Anual (%)						
	2017	2018	2019	2020			
Ceará							
Indústria Geral	-2,8	-2,0	5,0	-7,1			
Indústria Extrativa	-1,2	3,2	-7,2	-69,2			
Indústria da Transformação	2,8	-0,9	1,6	-7,0			
Construção Civil	-11,4	-1,8	10,3	0,6			
Eletricidades e Gás, Água e Esgoto	0,7	-4,9	7,3	-12,5			
Brasil							
Indústria Geral	-0,5	0,7	0,4	-3,5			
Indústria Extrativa	4,9	0,4	-0,9	1,3			
Indústria da Transformação	2,3	1,4	0,0	-4,3			
Construção Civil	-9,2	-3,0	1,5	-7,0			
Eletricidades e Gás, Água e Esgoto	0,9	3,7	1,7	-0,4			

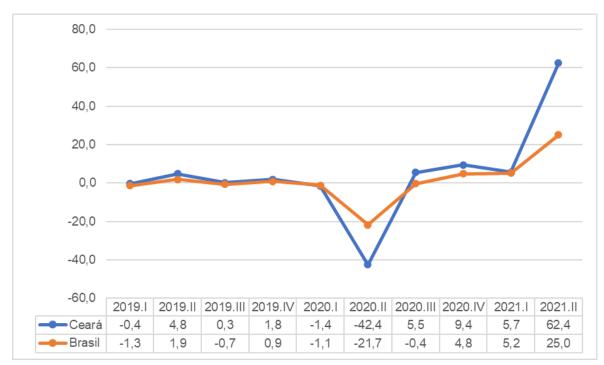
Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração: IPECE. Notas: (1) Taxa de crescimento em relação ao ano anterior; (2) Anos de 2019 e 2020 com resultados preliminares e passíveis de ajustes.

Após a análise do desempenho das atividades industriais, a partir da evolução real do VAB, faz-se uma análise em destaque da Indústria da transformação. A avaliação que segue é complementar a anterior e permite observar os resultados mais recentes para o segmento, bem como observá-los em maior frequência temporal (trimestral), o que permite melhor compreender a dinâmica da

produção. Para tanto, utiliza-se o indicador que mensura a evolução da produção física industrial, que também traduz a ideia de crescimento real.

Neste caso, se considera o período entre o primeiro trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2021, tanto para o Ceará como para o Brasil. O Gráfico 4, a seguir, apresenta as taxas de crescimento e o comportamento destas ao longo do tempo. É possível identificar um comportamento mais suave na dinâmica da produção ao longo de 2019, com a indústria cearense registrando seguidos resultados superiores ao seu par nacional.

Gráfico 4: Taxa de Crescimento Anual da Produção da Industria de Transformação – Ceará e Brasil – primeiro trimestre de 2019 ao segundo trimestre de 2021.



Fonte: IBGE (PIM/PF). Elaboração: IPECE.

Já em 2020, ficam claros os efeitos da pandemia, que se mostraram mais intensos no segundo trimestre e mais impactantes para indústria local em relação ao parque nacional. Na segunda metade do ano inicia-se um processo de retomada da produção que também se mostrou mais intenso localmente, mas ainda assim, insuficiente para reverter as perdas acumuladas, como se percebeu pela análise do VAB. O ano de 2021, pelo menos em sua primeira metade, manteve a trajetória de crescimento para as produções industriais cearense e do Brasil, sendo que esta última em um ritmo inferior.

Por fim, é válido observar a evolução da atividade industrial sob a ótica das Regiões cearenses. Antes, porém, é necessário destacar que neste tipo de análise existem algumas particularidades e limitações que são associadas aos dados utilizados, a saber: (a) a análise se dá a partir dos dados de VAB, derivados do PIB dos municípios e cuja disponibilidade alcança ano de 2018; (b) a análise considera valores correntes e participações estruturais, não se abordando as taxas de crescimento.

A tabela 6 apresenta o VAB industrial para as Regiões de Planejamento do Estado e a respectiva participação no VAB industrial total do Ceará para os anos de 2010, 2017 e 2018. É possível avaliar a evolução do valor adicionado a preços correntes e, principalmente, a importância relativa de cada Região para indústria cearense e como tal relevância tem evoluído ao longo dos anos.

Tabela 7: Valor Adicionado Bruto da Indústria e Participação na Industria Cearense – Regiões de Planejamento do Estado – 2010, 2017 e 2018.

Região de Planejamento	Indústria	dicionado Br a, a preços co R\$ 1.000.000)	orrentes	Participação Indústria Região/Indústria Total Ceará (%)			
	2010	2017	2018	2010	2017	2018	
Grande Fortaleza	11.399	16.149	18.418	75,10	72,71	74,28	
Sertão de Sobral	889	1.264	1.289	5,85	5,69	5,20	
Cariri	793	983	1.048	5,22	4,43	4,23	
Vale do Jaguaribe	362	577	760	2,38	2,60	3,06	
Litoral Oeste/Vale do Curu	440	712	723	2,90	3,21	2,92	
Litoral Norte	274	668	623	1,81	3,01	2,51	
Litoral Leste	237	447	491	1,56	2,01	1,98	
Sertão Central	266	457	489	1,75	2,06	1,97	
Serra da Ibiapaba	110	373	402	0,72	1,68	1,62	
Centro Sul	182	187	212	1,20	0,84	0,86	
Sertão dos Crateús	86	119	125	0,57	0,54	0,50	
Maciço de Baturité	72	111	96	0,48	0,50	0,39	
Sertão de Canindé	42	97	72	0,28	0,44	0,29	
Sertão dos Inhamuns	26	64	48	0,17	0,29	0,19	
Ceará	15.178	22.210	24.796	100,00	100,00	100,00	

Fonte: IBGE e IPECE. Elaboração própria.

Considerando as Regiões que responderam pela maior parcela do VAB industrial no Estado, a Grande Fortaleza encabeça a lista, concentrando 74,28% do valor adicionado total da indústria, em 2018. Na sequência, mantiveram-se as Regiões do Sertão de Sobral e do Cariri. Neste mesmo ano, a participação do Sertão Sobralense foi de 5,20%, enquanto a indústria no Cariri passou a responder por 4,23% do VAB total da manufatura cearense.

Na comparação com 2017, a participação da Grande Fortaleza registrou alta de 1,57 pontos percentuais (p.p.) e se colocou como a maior elevação entre todas as catorze Regiões do Estado. Além da Capital e de seu entorno, o Vale do Jaguaribe foi a única Região a experimentar aumento de participação na indústria cearense. Com uma elevação de 0,46 p.p., a indústria local passou a responder por 3,06% do VAB total da atividade. Na Grande Fortaleza, os destaques da atividade industrial são as produções de alimentos, bebidas, têxtil, vestuário, metalurgia e minerais. No Vale do Jaguaribe, a indústria de transformação também se sobressai com as atividades de metalurgia e minerais, e alimentos e bebidas.

A maioria das Regiões de Planejamento do Estado registrou redução da participação na indústria cearense, no movimento que é, em boa parte, explicado pela própria expansão observada na Grande Fortaleza. Entre esses movimentos de baixa, as maiores foram observadas nas Regiões do Sertão de Sobral (-0,50 p.p.) e Litoral Norte (-0,50 p.p.). No Sertão Sobralense, a produção de couros e calçados é o destaque industrial, ao passo que no Litoral Norte tem-se a geração de energia elétrica como principal atividade manufatureira.

A análise sintetizou o desempenho da indústria cearense nos anos recentes. Em destaque, tem-se a recuperação alcançada em 2019, após anos seguidos de retrações associadas aos efeitos prolongados da crise econômica nacional de 2015 e 2016. O crescimento que poderia significar uma retomada mais firme da atividade foi, em 2020, suplantado pelo evento excepcional em que se configurou a crise sanitária da Covid-19, que teve claros e graves rebatimentos sobre a economia e sobre a indústria em particular. Já a análise regional, embora não alcançando esse período mais recente, mostrou como os resultados em 2017 e 2018 se dissiparam sobre as Regiões Estaduais, explicitando um desempenho concentrador em favor da Capital e seu entorno.

1.1.3. O Setor de Serviços

O setor de Serviços é o que apresenta a maior participação na composição do PIB Cearense, com 76,74% do VAB em 2018, último dado disponível, seguido pelas participações da Indústria (18,09%) e da Agropecuária (5,17%).

Dentre as atividades que compõem o setor em 2018, a Administração pública (23,67%) é a que detém a maior participação no VAB Estadual, seguida pela atividade de Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas

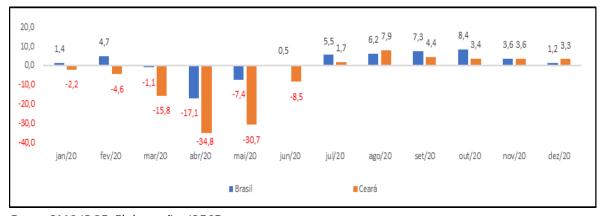
(14,54%) e pelas Atividades Imobiliárias (10,49%) para listar as três mais importantes.

Na sequência, tem-se outras atividades relevantes como Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares (8,01%); Educação e saúde privadas (4,05%); Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (3,91%); Alojamento e alimentação (3,34%); Transporte, armazenagem e correio (3,26%); e Informação e comunicação (2,18%).

Por fim, têm-se Outras atividades de serviços (3,30%); formada pelas Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços (2,15%) e pelos Serviços domésticos (1,15%).

A partir dos dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observar que o varejo comum nacional iniciou o ano de 2020 registrando crescimentos consecutivos nos meses de janeiro (+1,4%) e fevereiro (+4,7%) comparados a iguais meses do ano passado. Contudo, a partir de março (-1,1%) o varejo nacional passou a registrar quedas sucessivas nas vendas, seguido de abril (-17,1%) que registrou a maior queda mensal como consequência das medidas de isolamento social adotadas em vários Estados do País. Em maio (-7,4%), as vendas do varejo comum nacional ainda apresentaram forte queda, em função da continuidade das medidas. Contudo, a partir de junho, as vendas do varejo nacional apresentaram nítida recuperação, passando a registrar variações positivas até o final do ano (Gráfico 5).

Gráfico 5: Evolução da variação mensal das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – dezembro/2019 a dezembro/2020 (%).



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Diferente do varejo nacional, a venda do varejo comum cearense registrou queda desde o início do ano, cuja magnitude se intensificou bastante a partir de março (-

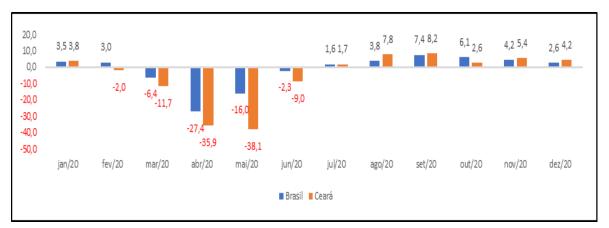
15,8%) como reflexo de fatores sazonais combinados com as medidas de isolamento social e de restrição de várias atividades econômicas pelo Governo Estadual, com objetivo de combater a disseminação da pandemia da Covid-19. Em abril (-34,8%) foi registrada a maior queda nas vendas do varejo comum estadual do ano, seguido por outra queda expressiva observada em maio (-30,7%).

Em junho (-8,5%), a magnitude da queda nas vendas caiu, revelando o início de uma recuperação. Vale destacar que a partir de julho de 2020, o varejo comum cearense passou a registrar variações mensais positivas consecutivas até o final do ano, finalizando dezembro com uma alta de 3,3%, revelando uma trajetória consistente de recuperação puxada por algumas atividades.

No Gráfico 6 é possível conhecer o desempenho das vendas do varejo ampliado que considera também as vendas de veículos e de material de construção. Semelhante ao varejo comum, o varejo ampliado nacional também apresentou altas nos dois primeiros meses do ano, seguido de quatro quedas mensais consecutivas, menos intensas relativamente. A partir de junho (-2,3%) inicia uma recuperação que se confirma nos seis meses seguintes, quando o varejo ampliado nacional passou a registrar variações mensais consecutivas até o final do ano.

O varejo ampliado cearense registrou alta em janeiro, seguido de quedas consecutivas, cujas maiores foram registradas nos meses de abril (-35,9%) e maio (-38,1%). Em junho (-9,0%) a queda foi ainda bastante expressiva, mas já dava sinais de um início de recuperação que se confirmou quando, a partir de julho, as vendas do varejo ampliado cearense passaram a registrar altas mensais consecutivas até o final do ano. As quedas observadas no varejo ampliado nos meses de abril e maio foram mais intensas na comparação com o varejo comum cearense revelando problemas nas vendas de automóveis e de material de construção nos dois meses, especialmente no segundo.

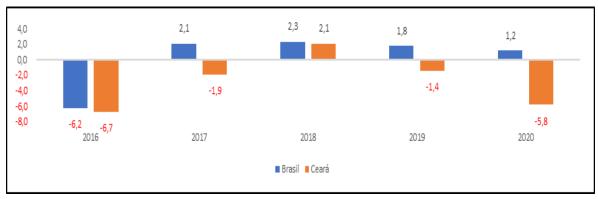
Gráfico 6: Evolução da variação mensal das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – dezembro/2019 a dezembro/2020 (%).



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

A partir da análise do Gráfico 7 é possível notar que a dinâmica das vendas mensais dos últimos seis meses do ano de 2020 contribuíram para que o varejo comum nacional encerrasse o ano com alta acumulada de 1,2%, comparada ao ano de 2019. Ou seja, ocorreu uma plena recuperação das perdas ocorridas no auge da pandemia. Por sua vez, o varejo comum cearense apresentou forte queda acumulada no ano de 2020 (-5,8%), segunda queda consecutiva, após a queda de 2019 (-1,4%), revelando que as variações mensais nos últimos seis meses do ano não foram capazes de compensar as perdas no período mais crítico da crise pandêmica.

Gráfico 7: Evolução da variação anual das vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – acumulado do ano até dezembro/2016 a 2020 (%).

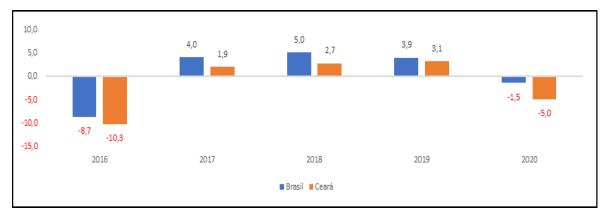


Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Na sequência, é possível observar que as vendas do varejo ampliado nacional registraram queda no acumulado do ano de 2020 (-1,5%), mas bem inferior àquela registrada pelo varejo ampliado cearense (-5,0%), confirmando que o varejo

estadual sentiu mais intensamente as medidas de isolamento social, como já observado também no varejo comum. Vale destacar que a queda observada em 2020 só não foi maior que aquela observada em 2016 (-10,3%), ano de forte crise política e macroeconômica.

Gráfico 8: Evolução da variação anual das vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – acumulado do ano até dezembro/2016 a 2020 (%).



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

Pela análise da Tabela 7 é possível conhecer a variação mensal do volume de vendas do comércio varejista por atividades no Ceará para os meses de janeiro a dezembro do ano de 2020. Em janeiro de 2020, das treze atividades que formam o varejo estadual, sete apresentaram variação positiva.

Tabela 8: Variação mensal do volume de vendas do comércio varejista por atividades - Ceará - janeiro a dezembro/2020 (%).

0 divide de e						20	20					
Atividades	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Combustíveis e Iubrificantes	3,7	-2,8	-20,3	-42,7	-39,4	-19,8	-4,2	-2,9	-1,9	-2,6	-5,3	-1,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-7,3	-4,1	-0,7	2,5	5,0	4,2	6,9	8,1	2,4	2,9	-1,4	3,4
Hipermercados e supermercados	-4,5	-1,8	2,1	6,3	8,1	3,8	9,7	9,4	4,9	4,4	0,3	3,2
Tecidos, vestuário e calçados	5,9	-9,5	-45,8	-95,4	-90,4	-52,4	-26,6	3,1	3,4	6,1	0,6	-5,2
Móveis e eletrodomésticos	-0,4	-4,2	-41,7	-85,1	-72,5	-15,1	3,0	10,5	-3,2	-3,7	16,7	5,0
Móveis	-7,9	-9,7	-48,2	-89,3	-69,9	-4,5	27,4	47,2	21,9	26,2	13,5	8,4
Eletrodomésticos	6,6	1,4	-35,6	-82,0	-73,8	-22,1	-11,3	-9,8	-17,7	-20,5	16,2	-0,6
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-4,9	-5,2	-6,0	-19,6	-9,3	1,3	9,9	3,0	4,4	5,1	4,7	8,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	11,2	20,9	-44,1	-94,0	-95,6	-53,1	5,2	-32,9	28,1	-8,9	-21,2	-11,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-12,4	-1,2	-11,1	-48,3	-39,4	17,4	21,9	31,8	31,0	27,8	19,8	36,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,5	-4,9	-28,0	-60,1	-54,7	-6,0	6,8	18,1	19,0	7,8	9,3	8,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	14,8	-1,0	-1,3	-34,4	-53,9	-16,9	-5,4	-3,3	12,7	-2,3	7,8	7,4
Material de construção	20,5	18,8	-7,5	-49,1	-49,7	13,9	23,6	38,9	25,1	11,3	12,7	3,0

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

As cinco maiores altas ocorridas em dezembro de 2020 foram observadas nas vendas de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+36,0%); Móveis (+8,4%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+8,3%); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (+8,3%); e Veículos, motocicletas, partes e peças (+7,4%). Por outro lado, as quedas observadas em dezembro de 2020 ocorreram nas vendas de Livros, jornais,

revistas e papelaria (-11%); Tecidos, vestuário e calçados (-5,2%); Combustíveis e lubrificantes (-1,5%); e Eletrodomésticos (-0,6%).

De acordo com a Tabela 9, é possível conhecer a variação anual do volume de vendas do varejo nacional e cearense por atividades para o acumulado do ano até dezembro dos últimos cinco anos. Nota-se que no ano de 2016, nenhuma atividade do varejo cearense havia registrado crescimento. Em 2017, um total de seis atividades passaram a registrar variação positiva. No ano de 2018, esse número cresceu para dez atividades. Em 2019, o número de atividades com variação acumulada positiva caiu para seis. Por fim, apesar da recuperação observada nas vendas em várias atividades ao longo dos últimos meses do ano, apenas quatro atividades apresentaram crescimento nas vendas no acumulado até dezembro de 2020 como consequência das medidas restritivas e de isolamento social.

Tabela 9: Variação anual do volume de vendas do comércio varejista por atividades - Acumulado do ano até dezembro/2016 a 2020 (%).

Atividades			Brasil			Ceará				
Atividades	2016	2017	2018	2019	2020	2016	2017	2018	2019	2020
Combustíveis e lubrificantes	-9,2	-3,3	-4,9	0,6	-9,7	-4,6	-24,3	-2,5	-2,3	-11,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-3,1	1,5	3,8	0,4	4,8	-3,1	-0,4	2,3	-7,4	1,8
Hipermercados e supermercados	-3,1	1,9	4,0	0,6	6,0	-2,8	-6,9	1,3	-8,1	3,8
Tecidos, vestuário e calçados	-10,9	7,6	-1,0	0,1	-22,7	-3,3	-2,8	0,2	2,1	-22,6
Móveis e eletrodomésticos	-12,6	9,5	-1,3	3,6	10,6	-17,7	-10,9	3,5	17,6	-15,8
Móveis	-12,1	1,4	-3,3	5,8	11,9	-1,9	-27,1	0,5	-3,8	-7,6
Eletrodomésticos	-12,8	11,6	0,2	2,8	10,0	-28,2	2,5	7,5	37,2	-21,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-2,1	2,5	5,9	6,8	8,3	-5,2	12,9	1,1	1,2	-0,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-16,1	-4,1	-14,3	-20,7	-30,6	-21,6	-15,1	-13,3	-12,3	-19,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-12,3	-3,1	0,2	0,8	-16,2	-10,9	15,4	4,6	-10,1	5,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-9,5	2,1	7,6	6,1	2,5	-11,6	9,5	6,8	-0,7	-5,6
Veículos, motocicletas, partes e peças	-14,0	2,7	15,1	10,0	-13,7	-16,7	7,2	6,5	13,6	-6,6
Material de construção	-10,7	9,2	3,5	4,2	10,8	-21,4	17,7	-2,8	13,7	5,8

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: IPECE.

As quatro altas do varejo cearense no acumulado até dezembro de 2020 ocorreram nas vendas de Material de construção (+5,8%); Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+5,0%); Hipermercados e supermercados (+3,8%); e Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (+1,8%). Por outro lado, as cinco maiores quedas do varejo cearense no acumulado até dezembro de 2020 ocorreram nas vendas de Tecidos, vestuário e calçados (-22,6%); Eletrodomésticos (-21,8%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-19,0%); Móveis e eletrodomésticos (-15,8%); e Combustíveis e lubrificantes (-11,1%).

Vale ainda destacar a evolução da participação das Regiões de Planejamento no VAB da atividade de serviços cearense para os anos de 2002, 2010, 2017 e 2018. Como é possível observar na Tabela 10, a Região da Grande Fortaleza, que equivale a Região Metropolitana, concentrou 71,86% do VAB dos serviços cearenses em 2018, seguida pela Região do Cariri (7,35%); Sertão de Sobral (4,06%); Vale do Jaguaribe (2,74%) e Centro Sul (2,08%), apenas para listar as cinco maiores. A participação conjunta dessas Regiões caiu de 88,94%, em 2002, para 88,09%, em 2018, explicada principalmente pela perda de participação da Região da Grande Fortaleza.

Tabela 10: Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade dos serviços (exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) – Ceará – 2002, 2010, 2017 e 2018

Região de Planejamento	Valor Adio	Valor Adicionado Bruto dos Serviços, a preços correntes (R\$ 1.000)					Participação Serviços Região/Serviços Total Ceará				
	2002	2010	2017	2018	2002	2010	2017	2018			
Grande Fortaleza	8.669.386	24.805.145	48.693.967	52.296.021	74,77	72,80	69,96	71,86			
Cariri	728.340	2.428.091	5.548.314	5.346.662	6,28	7,13	7,97	7,35			
Sertão de Sobral	396.694	1.243.605	2.738.267	2.957.030	3,42	3,65	3,93	4,06			
Vale do Jaguaribe	270.060	785.251	2.000.690	1.993.341	2,33	2,30	2,87	2,74			
Centro Sul	247.607	786.775	1.540.263	1.511.160	2,14	2,31	2,21	2,08			
Sertão Central	183.599	616.331	1.370.608	1.411.592	1,58	1,81	1,97	1,94			
Serra da Ibiapaba	163.826	557.439	1.364.872	1.399.729	1,41	1,64	1,96	1,92			
Litoral Oeste / Vale do Curu	196.819	715.228	1.257.538	1.290.569	1,70	2,10	1,81	1,77			
Litoral Norte	160.902	504.017	1.365.279	1.243.068	1,39	1,48	1,96	1,71			
Sertão dos Crateús	169.922	484.926	1.050.701	948.515	1,47	1,42	1,51	1,30			
Litoral Leste	147.666	421.349	1.007.253	877.602	1,27	1,24	1,45	1,21			
Maciço de Baturité	106.672	284.974	681.639	626.118	0,92	0,84	0,98	0,86			
Sertão de Canindé	96.623	268.242	573.533	477.571	0,83	0,79	0,82	0,66			
Sertão dos Inhamuns	56.011	172.895	409.175	391.102	0,48	0,51	0,59	0,54			
Ceará	11.594.125	34.074.269	69.602.096	72.770.081	100,00	100,00	100,00	100,00			

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração própria. Nota: Ordenado pelo ano mais recente. Elaboração: IPECE.

Na comparação entre os anos de 2002 e 2018, oito Regiões ganharam participação e outras seis perderam, no VAB dos serviços cearenses. Os maiores ganhos de participação foram observados nas Regiões do Cariri (+1,07 p.p.); Sertão de Sobral (+0,64 p.p.) e Serra da Ibiapaba (+0,51 p.p.). Por outro lado, as duas maiores perdas ocorreram na Grande Fortaleza (-2,91 p.p.) e no Sertão de Canindé (-0,18 p.p.).

Por fim, é grande a participação da Grande Fortaleza no total do VAB da Administração Pública, conforme pode ser visto na Tabela 11. Em 2002, a Região concentrava 44,21%, sendo essa concentração, possivelmente, relacionada a sua elevada aglomeração populacional. Na sequência, ainda em 2002, têm-se as Regiões do Cariri (11,06%); Sertão de Sobral (5,49%); Vale do Jaguaribe (4,65%) e Centro Sul (4,55%) que, somadas, representaram 69,95% do VAB da Administração Pública.

Tabela 11: Regiões de Planejamento com maiores participações na atividade da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social – Ceará – 2002, 2010, 2017 e 2018

Região de Planejamento	Valor Ac públic	Participação Administração pública Região/Administração pública Total Ceará						
	2002	2010	2017	2018	2002	2010	2017	2018
Grande Fortaleza	2.603.988	7.264.201	13.755.151	14.500.650	44,21	44,21	44,64	44,69
Litoral Oeste / Vale do Curu	240.860	707.961	1.376.398	1.447.169	4,09	4,31	4,47	4,46
Sertão de Sobral	323.333	926.915	1.745.814	1.823.739	5,49	5,64	5,67	5,62
Litoral Norte	249.916	736.046	1.367.927	1.433.593	4,24	4,48	4,44	4,42
Serra da Ibiapaba	220.113	633.653	1.202.663	1.262.489	3,74	3,86	3,90	3,89
Cariri	651.697	1.822.420	3.432.655	3.629.284	11,06	11,09	11,14	11,19
Litoral Leste	136.117	378.475	744.936	749.280	2,31	2,30	2,42	2,31
Maciço de Baturité	171.107	473.187	874.568	943.539	2,90	2,88	2,84	2,91
Sertão dos Inhamuns	94.253	253.546	460.080	488.369	1,60	1,54	1,49	1,51
Sertão de Canindé	140.998	390.456	708.568	742.307	2,39	2,38	2,30	2,29
Sertão Central	264.722	716.459	1.327.828	1.390.153	4,49	4,36	4,31	4,28
Centro Sul	267.732	720.817	1.302.247	1.387.828	4,55	4,39	4,23	4,28
Vale do Jaguaribe	273.842	735.407	1.324.054	1.404.845	4,65	4,48	4,30	4,33
Sertão dos Crateús	251.746	670.760	1.187.476	1.242.563	4,27	4,08	3,85	3,83
Ceará	5.890.425	16.430.304	30.810.364	32.445.811	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios/IBGE. Elaboração: IPECE.

Nota: Ordenado pelo ano mais recente.

Em 2018, a Região da Grande Fortaleza manteve-se na liderança, com participação de 44,69% do VAB da atividade de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social cearense, seguida pelas Regiões do Cariri (11,19%); Sertão de Sobral (5,62%); Litoral Oeste/Vale do Curu (4,46%) e Litoral Norte (4,42%) que, somadas, respondiam por 70,38% do VAB.

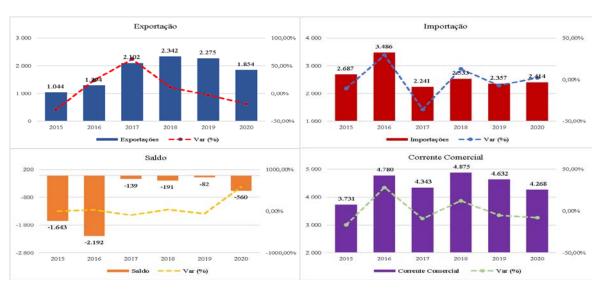
Na comparação dos anos de 2002 e 2018, seis das catorze Regiões aumentaram sua participação no total do VAB da atividade da administração pública estadual, sendo elas: Grande Fortaleza (+0,48 p.p.); Litoral Oeste/Vale do Curu (+0,37 p.p.); Sertão de Sobral (+0,13 p.p.); Litoral Norte (+0,18 p.p.); Serra de Ibiapaba (+0,15 p.p.); Cariri (0,12 p.p.) e Litoral Leste (0,11 p.p.). Por outro lado, outras seis Regiões tiveram redução de participação, com destaque para Sertão do Crateús (-0,44 p.p.); Vale do Jaguaribe (-0,32 p.p.) e Centro Sul (-0,27 p.p.).

1.1.4. O Comércio Exterior

O Ceará registrou queda de 18,51% no valor das exportações de 2020, comparado com 2019, reflexo da crise causada pela pandemia da Covid-19, sendo assim o segundo ano de queda. O valor exportado, em 2020, foi de US\$ 1,8 bilhão. As

importações cearenses de 2020 foram na contramão e apresentou crescimento de 2,41%, comparado com o ano de 2019, atingindo o valor de US\$ 2,4 bilhões. O saldo da balança comercial manteve-se negativo (US\$ 560 milhões), sendo o maior valor dos últimos quatro anos. A corrente de comércio somou o valor de US\$ 4,3 bilhões em 2020, redução de 7,9%, com relação ao verificado em 2019 (Gráfico 9).

Gráfico 9: Balança Comercial do Ceará Exportação, Importação, Saldo, Corrente (milhão) - 2015-2020



Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

O município de São Gonçalo do Amarante foi o que mais exportou em 2020, respondendo por 52,46% do total exportado pelo Ceará, porém registrou queda no valor exportado de 19,02%. Caucaia foi o segundo maior exportador cearense, seguido de Fortaleza, Sobral e Maracanaú (Tabela 12).

Dentre os dez principais municípios cearenses que exportaram em 2020, apenas lcapuí apresentou crescimento, influenciado pela exportação de frutas.

Em 2020, as exportações cearenses foram realizadas por 61 municípios. Os dez principais concentraram 88,78% das exportações do Estado em 2020, indicando uma leve desconcentração quando comparado com 2019. Ainda assim as exportações cearenses continuam fortemente concentradas na Região Metropolitana de Fortaleza.

Tabela 12: Principais Municípios Cearenses Exportadores - 2019-2020.

Municípios	2019		2020		Var. (%)
Municipios	US\$ FOB	Part. (%)	US\$ FOB	Part. (%)	var. (%)
São Gonçalo do Amarante	1.201.101.117	52,79	972.693.990	52,46	-19,02
Caucaia	199.104.860	8,75	142.995.915	7,71	-28,18
Fortaleza	157.834.470	6,94	128.011.007	6,90	-18,90
Sobral	137.599.950	6,05	98.546.021	5,32	-28,38
Maracanaú	107.064.343	4,71	87.936.977	4,74	-17,87
Icapuí	57.589.131	2,53	61.830.296	3,33	7,36
Aquiraz	58.694.525	2,58	55.978.671	3,02	-4,63
Eusébio	38.604.751	1,70	36.386.122	1,96	-5,75
Itapipoca	45.384.878	1,99	32.862.010	1,77	-27,59
Aracati	31.105.902	1,37	28.659.927	1,55	-7,86
Demais Municípios	241.104.150	10,60	208.096.387	11,22	-13,69
Ceará	2.275.188.077	100,00	1.853.997.323	100,00	-18,51

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

A Tabela 13 destaca os dez principais municípios cearenses que mais importaram em 2020. Fortaleza desponta na liderança, com participação de 37,74% do total importado pelo Estado no ano de 2020, participação superior à registrada no ano de 2019. Na sequência vem São Gonçalo do Amarante com participação de 17,03%; Caucaia (13,15%); Aquiraz (11,85%) e Maracanaú (10,65%).

Em 2020, as importações cearenses foram realizadas por 65 municípios. Os dez principais concentraram 95,25%, mostrando-se mais concentrada do que 2019, quando nesse último ano os dez principais participaram com 90,0%.

Tabela 13: Principais Municípios Cearenses Importadores - 2019-2020.

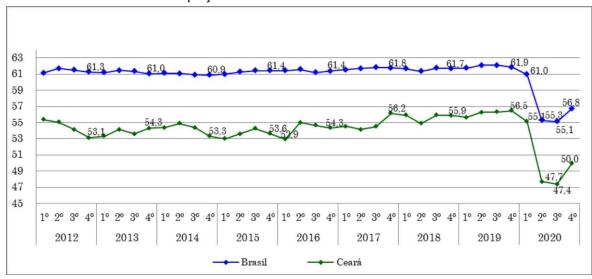
Municípios	2019		2020	Var.(%)	
Municipios	US\$ FOB	Part.(%)	US\$ FOB	Part.(%)	Val.(70)
Fortaleza	772.467.047	32,78	838.391.926	34,74	8,53
São Gonçalo do Amarante	729.778.991	30,97	411.050.729	17,03	-43,67
Caucaia	232.492.215	9,86	317.450.981	13,15	36,54
Aquiraz	78.545.664	3,33	285.905.352	11,85	264,00
Maracanaú	297.042.646	12,60	257.157.919	10,65	-13,43
Chorozinho	13.757.897	0,58	60.408.025	2,50	339,08
Eusébio	38.360.933	1,63	39.712.628	1,65	3,52
Limoeiro do Norte	618.547	0,03	32.756.952	1,36	5195,79
Horizonte	35.414.663	1,50	32.047.616	1,33	-9,51
Tianguá	22.014.766	0,93	24.044.846	1,00	9,22
Demais Municípios	136.285.141	5,78	114.622.013	4,75	-15,90
Ceará	2.356.778.510	100,00	2.413.548.987	100,00	2,41

Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

1.1.5. O Mercado de Trabalho

O Gráfico 10 apresenta a taxa de participação do Brasil e do Ceará com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Os dados revelam que a recuperação gradual da economia, iniciada no primeiro trimestre de 2017 diante da crise de 2015-2016, elevou levemente a taxa de participação nacional. No entanto, a pandemia da Covid-19 a fez despencar nos segundo e terceiro trimestres de 2020. No quarto trimestre ela voltou a crescer tendo atingindo 56,8%, embora ainda bem abaixo dos períodos anteriores.

Gráfico 10: Taxa de Participação – 1°T./2012/4°T./2020 – Brasil/Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

No Ceará, a taxa de participação, em 2019, seguiu também em alta diante do processo de retomada da atividade econômica, atingindo a máxima histórica de 56,5% no quarto trimestre. No entanto, em 2020, recuou expressivamente, chegando a mínima de 47,4% no terceiro trimestre, valor bem abaixo da mínima histórica anterior, alcançada no primeiro trimestre de 2016 (52,9%). Nesse quarto trimestre de 2020, ela voltou a acelerar, atingindo o patamar de 50%, mas bem abaixo dos períodos anteriores.

Assim, a pandemia da Covid-19 inverteu a tendência de retomada da atividade econômica. De fato, em 2020, a pandemia do novo coronavírus juntamente com as medidas de isolamento social levaram ao encerramento de uma expansão econômica que havia durado 12 trimestres, conforme o Comunicado de junho de 2020 do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE).

Dentro desse contexto, o Gráfico 11 apresenta a taxa de desocupação, indicador que mede a pressão direta sobre o mercado de trabalho de pessoas que procuraram e estão disponíveis para trabalhar imediatamente.

De acordo com o Gráfico 4.2, após a taxa de desocupação cearense alcançar a máxima de 14,2% no primeiro trimestre de 2017, o processo de retomada da atividade econômica após a crise de 2015-2016 levou a um progressivo recuo do desemprego até o quarto trimestre de 2019.

16 14 14.2

Gráfico 11: Taxa de Desocupação - 1º T./2012/4º T./2020 - Brasil/Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: IPECE.

12

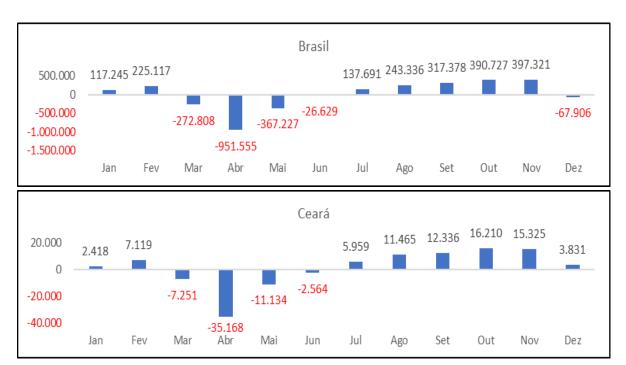
10

Por sua vez, o primeiro e o segundo trimestres de 2020 ainda não haviam apresentado os reais impactos das medidas de isolamento e distanciamento social em razão da pandemia da Covid-19 na taxa de desocupação cearense.

No entanto, neste quarto trimestre a taxa de desocupação no Estado do Ceará refletiu claramente a deterioração do mercado de trabalho diante da pandemia, ao atingir uma nova taxa máxima de desocupação de 14,4% na série histórica.

Conforme pode ser observado no Gráfico 12, nota-se que o Brasil registrou nos meses de janeiro e fevereiro saldos positivos de empregos. Contudo, a partir do mês de março, o País passou a registrar perdas contínuas de postos de trabalho com carteira assinada, sob a influência das medidas de isolamento social no combate a pandemia da Covid-19.

Gráfico 12: Evolução do saldo mensal de empregos formais - Brasil e Ceará – janeiro a dezembro de 2020.



Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE. *Série com ajuste.

Vale destacar que esse processo de destruição de vagas formais de emprego perdurou até junho do mesmo ano, mês que se iniciou o processo de reabertura de várias atividades econômicas com o relaxamento de restrições impostas em vários Estados do Brasil. Entre os meses de março e junho de 2020, o País fechou 1.618.219 vagas de trabalho.

A partir de julho, observou-se um processo contínuo de criação de vagas de trabalho até novembro. Neste período, o Brasil criou um total de 1.486.453 vagas de trabalho, que somado com o saldo positivo dos dois primeiros meses alcançou a marca de 1.828.815 vagas, resultando num saldo positivo até novembro de 210.596 vagas. A destruição de vagas observada em dezembro (-67.906 vagas) não impediu que o País fechasse o ano de 2020 com um saldo positivo de 142.690 vagas, revelando que o ano não foi totalmente perdido.

O mercado de trabalho cearense apresentou trajetória semelhante a nacional, registrando dois saldos positivos de empregos nos meses de janeiro e fevereiro, seguido de forte destruição de vagas de trabalho entre março e junho do mesmo ano. A destruição de vagas de trabalho celetista entre março e junho foi de 56.117 vagas. Contudo, a partir de julho, o Ceará também passou a apresentar criação de vagas de trabalho com carteira assinada, perdurando este processo até o final do ano.

Entre os meses de julho e dezembro o Ceará criou 65.126 vagas que somadas com as 9.537 criadas em janeiro e fevereiro, fez com que o saldo acumulado anual fosse também positivo em 18.546 vagas, revelando uma nítida recuperação das perdas sofridas no auge dos meses de combate a pandemia em 2020.

Pela análise da Tabela 14 é possível observar a dinâmica trimestral dos empregos formais com carteira assinada por grandes atividades e por atividades econômicas mais detalhadas no mercado de trabalho cearense.

Das treze atividades estudadas, cinco apresentaram saldo negativo de empregos celetistas, já no primeiro trimestre do ano de 2020, bastante explicado por fatores sazonais. As maiores destruições de postos de trabalho ocorreram nas atividades de Comércio (-3.763 vagas) e Alojamento e alimentação (-2.357 vagas).

Contudo, no segundo trimestre, como consequência das medidas de isolamento social no combate a pandemia, todas as atividades apresentaram destruição de postos de trabalho, destacando-se as atividades da Indústria de transformação (-16.144 vagas), Comércio (-12.726 vagas) e Alojamento e alimentação (-7.213 vagas). No terceiro trimestre, após o início do processo de reabertura e de relaxamento das medidas de restrição as atividades econômicas impostas, quase todas as atividades apresentaram nítida recuperação na criação de vagas de trabalho com carteira assinada, com destaque para a Indústria de transformação (+11.448 vagas) e Construção civil (+6.972 vagas). A exceção ficou por conta da atividade da

Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-592 vagas) e Serviços domésticos (-1 vaga).

Por fim, no quarto trimestre a única atividade que fechou vagas de trabalho no mercado de trabalho formal cearense foi Eletricidade e água (-57 vagas). As três atividades que mais criaram postos de trabalho no último trimestre do ano foram: Comércio (+12.314 vagas); Indústria de transformação (+8.370 vagas); e Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+7.371 vagas).

Tabela 14 – Evolução do saldo trimestral de empregos formais por atividades - Ceará - 1º Trim. ao 4º Trim./2020.

Atividades	Estoque 1º de Janeiro	1º Trim.	2º Trim.	3° Trim.	4° Trim.	Acumulado do Ano	Estoque 31º de Dezembro
Agropecuária	22.829	-1.229	-63	1.542	286	536	23.365
Indústria	305.347	1.358	-18.928	18.743	9.034	10.207	315.554
Indústrias Extrativas	2.947	12	-80	179	109	220	3.167
Indústrias de Transformação	224.263	238	-16.144	11.448	8.370	3.912	228.175
Construção	67.851	968	-2.401	6.972	458	5.997	73.848
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	8.189	85	-279	136	154	96	8.285
Eletricidade e Gás	2.097	55	-24	8	-57	-18	2.079
Serviços	813.453	2.157	-29.875	9.475	26.046	7.803	821.256
Comércio	254.769	-3.763	-12.726	4.909	12.314	734	255.503
Transporte, armazenagem e correio	49.025	-186	-3.562	307	1.462	-1.979	47.046
Alojamento e alimentação	54.359	-2.357	-7.213	214	3.878	-5.478	48.881
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	233.660	3.221	-3.379	3.968	7.371	11.181	244.841
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	173.363	4.132	-616	-592	757	3.681	177.044
Outros serviços	48.187	1.123	-2.379	670	262	-324	47.863
Serviços domésticos	90	-13	0	-1	2	-12	78
Ceará	1.141.629	2.286	-48.866	29.760	35.366	18.546	1.160.175

Fonte: Novo Caged – SEPRT/ME. Elaboração: IPECE. Ordenado pelo acumulado do ano. *Série com ajuste.

Como resultado da dinâmica trimestral a maioria das atividades apresentaram criação de vagas no mercado de trabalho cearense no acumulado do ano de 2020 com destaque para quatro: Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+11.181 vagas); Construção (+5.997)

vagas); Indústria de transformação (+3.912 vagas); e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (+3.681 vagas).

Por outro lado, cinco atividades registraram perda de postos de trabalho, especialmente aquelas que ainda enfrentam bastante os efeitos das medidas de isolamento social a exemplo de Alojamento e alimentação (-5.478 vagas) e Transporte, armazenagem e correio (-1.979 vagas), atividades que são muito ligadas ao setor de turismo, revelando-se como as atividades mais afetadas pela pandemia da Covid-19.

1.1.6. Finanças Públicas

Observando-se as contas públicas, no ano de 2020, constata-se que as receitas correntes cresceram 2,2%, comparativamente ao ano de 2019 (Tabela 15), entretanto houve queda das receitas tributárias e crescimento das transferências.

O comportamento sintetizado, anteriormente, reflete a recuperação da arrecadação estadual após o período de maiores restrições ao contato social e a importância que os recursos transferidos pelo Governo Federal, para os entes subnacionais, tiveram para a manutenção da capacidade de financiamento das políticas públicas desses últimos. Devendo-se pontuar que os recursos para o combate a Covid-19, resultantes da Lei Complementar 39/2020, foram cruciais para o incremento das receitas correntes do Estado do Ceará.

Tabela 15: Receitas do Governo Estadual em 2019 e 2020 (R\$1.000,00 de 4° trim. 2020).

	Acumulado no ano							
Descriminação	2019		2020	Var (%)				
	R\$	%	R\$	%				
Receitas correntes	26.854.686	88,5	27.302.185	89,1	1,7			
Receita tributária	15.333.810	50,5	14.513.918	47,4	-5,3			
Transferências correntes	9.207.034	30,3	10.536.864	34,4	14,4			
Outras receitas correntes	2.313.842	7,6	2.251.402	7,4	-2,7			
Receitas de Capital	1.843.221	6,1	1.718.625	5,6	-6,8			
Operações de crédito	1.441.790	4,8	1.505.745	4,9	4,4			
Outras receitas de capital	401.431	1,3	212.880	0,7	-47,0			
Receitas								
Intraorçamentárias	1.647.448	5,4	1.610.195	5,3	-2,3			
Total Geral	30.345.355	100,0	30.631.005	100,0	0,9			
Receitas correntes	22.007.725	72,5	22.483.241	73,4	2,2			

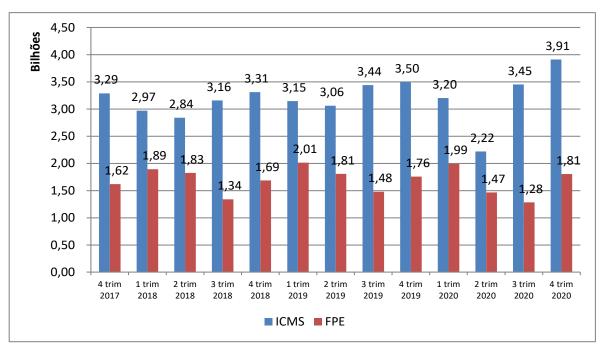
Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

OBS: Corrigido pela média do IPCA do quarto trimestre de 2020.

Quanto as receitas de capital constata-se queda de 6,8%, sendo explicada pelo menor volume das outras receitas de capital, dado que as operações de crédito apresentaram incremento superior a 4%.

Entre as principais receitas do Governo cearense estão as receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujos valores e comportamento dos repasses são apresentados no Gráfico 13. As receitas de ICMS, no quarto trimestre de 2020, foram as mais altas desde o quarto trimestre de 2017. É interessante observar a significativa redução da arrecadação de ICMS no segundo trimestre de 2020, cuja queda foi superior a R\$ 800 milhões, comparativamente a idêntico trimestre de 2019, superando, em termos absolutos, o crescimento do quarto trimestre, com incremento de, aproximadamente, R\$ 400 milhões, em relação ao 4º trimestre de 2019.

Gráfico 13: Principais Fontes de Receitas Correntes do Governo Estadual (R\$ 4° trim. de 2020).



Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

Com relação ao FPE, o quarto trimestre de 2020 apresentou um crescimento de 40,7%, relativamente a idêntico período do ano anterior, e 2,8% superior ao do trimestre anterior. É interessante observar que as transferências do FPE foram, da mesma forma que o ICMS, significativamente afetadas pela crise sanitária e na

medida em que as atividades econômicas nos demais Estados brasileiros foram retomadas, houve uma rápida recuperação.

Relativamente às despesas públicas estaduais, cujo dados são apresentados na Tabela 16, constata-se que tanto as despesas correntes como as de pessoal decaíram 1,7%, refletindo o cuidado com as contas públicas cearenses durante o período da crise sanitária. Relativamente à despesa com pessoal, é interessante observar que parte dessa redução pode ser creditada a adoção do trabalho remoto para os servidores públicos cearenses como medida de contenção a transmissão do coronavírus. Também constata-se uma elevação de 8,6% das despesas de capital, sendo o incremento do valor dos investimentos, de 8,3% entre 2019 e 2020, a principal razão desse desempenho.

Tabela 16: Despesas do Governo Estadual em 2019 e 2020 (R\$1.000,00 de 4° trim. 2020).

	Acumulado no ano						
Descriminação	2019		2020		Var (%)		
	R\$	%	R\$	%			
Despesas correntes	25.715.961	88,0	25.270.918	86,9	-1,7		
Pessoal e encargos sociais	13.752.200	47,1	13.524.561	46,5	-1,7		
Juros e encargos da dívida	651.277	2,2	446.075	1,5	-31,5		
Outras despesas correntes	11.312.484	38,7	11.300.281	38,9	-0,1		
Despesas de capital	3.511.736	12,0	3.814.882	13,1	8,6		
Investimentos	2.331.091	8,0	2.525.649	8,7	8,3		
Amortizações	1.020.801	3,5	1.062.002	3,7	4,0		
Inversões financeiras	159.844	0,5	227.230	0,8	42,2		
Reserva de contingência	-	-	-	-	-		
Total geral	29.227.698	100,0	29.085.799	100,0	-0,5		

Fonte: S2GPR/SEFAZ. Elaboração: IPECE.

OBS: Corrigido pela média do IPCA do quarto trimestre de 2020.

Por fim, o último indicador analisado é o comportamento da "Dívida Pública Consolidada Líquida", cujos dados são apresentados no Gráfico 14, onde é possível constatar que a dívida pública estadual apresentou tendência de crescimento do primeiro quadrimestre de 2017 ao terceiro quadrimestre de 2018, decaindo dois quadrimestres seguidos, em termos proporcionais, e voltando a elevar-se até o 1° quadrimestre de 2020, quando apresentaram nova tendência de queda. Dessa forma, a dívida pública consolidada líquida representava 54,4% da Receita corrente líquida, no terceiro quadrimestre de 2020.

= 70 14,00 = 59,45 56,07 57,14 56,34 54,42 12,00 60 52,65 49,59 48,17 47,49 10,00 45,82 50 43,6 36,8 37,89 8,00 40 6,00 30 4.00 20 2,00 10 0 3° 3° 1° 2° 3° 2° 3° quad. 2016 2017 2017 2017 2018 2018 2018 2019 2019 2019 2020 2020 2020

Gráfico 14: Dívida Pública Consolidada Líquida do Ceará (R\$ de dez de 2020).

Fonte: STN/SISTN. Elaboração: IPECE.

Enfim, apesar da recuperação da arrecadação nos últimos dois trimestres, observa-se que ainda não foi possível anular os efeitos negativos ocasionados pelo período de maior restrição das atividades econômicas, o que evidencia a importância das transferências de recursos federais para a manutenção das atividades do poder público estadual. Por outro lado, deve-se frisar que o controle da despesa pública permitiu que o nível de gasto fosse pouco inferior ao de 2019, apesar da demanda maior por despesas na área de saúde, evidenciando que as medidas de controle de gastos surtiram o efeito desejado.

DCL -

% RCL

1.2. Perspectivas da Economia Cearense

O crescimento da economia mundial para o ano de 2021, conforme projeção do Fundo Monetário Internacional³ (FMI), está previsto para 6,0%. Após uma queda de 3,2% da economia mundial no ano de 2020, causada pela pandemia da Covid-19, refletindo negativamente no funcionamento das atividades econômicas não essenciais, a partir das restrições de isolamento social para a redução de contaminações e mortes causadas pela doença, o ano de 2021 iniciou-se com o avanço da vacinação nas principais economias do mundo, contribuindo para a queda das internações e mortes causadas pela doença, permitindo o relaxamento das medidas de isolamento social e, consequentemente, aumentando a atividade econômica.

³ Fundo Monetário Internacional (FMI): World Economic Outlook/Update de julho de 2021.

Para 2022, o ritmo de crescimento da economia mundial deve se manter em 4,9%. Esta projeção leva em conta um cenário onde o processo de vacinação fornecerá uma imunização global contra a Covid-19, admitindo o não surgimento de novas cepas que possam reduzir a eficácia das vacinas.

Em relação a economia brasileira, o PIB do País, em 2020, registrou uma queda de 4,1%, decorrente dos efeitos adversos na economia causados pela pandemia de Covid-19. Dos três grandes setores econômicos, apenas a agropecuária apresentou crescimento positivo (2,0%), dado que este setor é composto basicamente de atividades econômicas essenciais e, sendo assim, não foi afetado fortemente por medidas de restrições sanitárias que impediram o funcionamento dessas atividades. Por outro lado, por apresentarem atividades econômicas que propiciam o aumento de contaminações da doença, os setores dos serviços e da indústria foram fortemente afetados pelas restrições sanitárias, impactando em quedas de 4,5% e 3,5%, respectivamente.

Espera-se que a retomada de crescimento para as economias do Brasil e do Ceará, em 2021, ainda que sob efeito da pandemia da Covid-19, seja fruto do aumento da produção, a partir da redução das restrições sanitárias, a medida em que o processo de vacinação avance durante o ano, principalmente nas atividades econômicas presentes no setor de serviços, como serviços de alojamento, alimentação, transportes de passageiros e serviços prestados às famílias.

Para o ano de 2022, as economias brasileira e cearense ainda serão beneficiadas pelo avanço do processo de vacinação, chegando a uma imunização populacional completa. Porém, alguns problemas macroeconômicos verificados durante o ano de 2021 continuarão atuando como barreiras para um crescimento econômico mais robusto, destacando-se: o alto déficit das contas públicas federais, no qual torna-se um grande limitador para o aumento de investimento público federal; a alta pressão inflacionária, no qual estabeleceu-se um novo ciclo de altas da taxa de juros Selic, encarecendo os créditos para o consumo das famílias, para o capital de giro das empresas e para o gasto em investimento privado; o ritmo lento de reformas importantes do Governo Federal como a administrativa e a tributária; e, por fim, um possível aumento da instabilidade política a partir da disputa eleitoral para a Presidência da República. No caso do Ceará, a continuidade do equilíbrio das finanças públicas, o manterá entre os primeiros entes da federação em termos de capacidade de investimento público em relação à receita corrente líquida, contribuindo para a sustentabilidade do crescimento econômico.

Dadas as perspectivas analisadas acima, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, projetou para o período 2021-2023, taxas de crescimento do PIB Estadual de 5,77% para 2021 e 2,73% para 2022 e 2,76% para 2023, superiores às taxas previstas de crescimento do PIB Nacional, para o mesmo período. Em resumo, os indicadores macroeconômicos estimados para o ano de 2020 e projetados para o período 2021-2023 são apresentados na Tabela 17 a seguir:

Tabela 17: Variáveis Macroeconômicas Estimadas para 2020 e Projetadas para 2020-2023.

Variáveis	2020	2021	2022	2023
Taxa de Inflação (IPCA) (%)	4,52	5,82	3,78	3,25
Taxa de crescimento - PIB Brasil (%)	-4,10	4,85	2,20	2,50
Taxa de crescimento - PIB Ceará (%)	-3,56	5,77	2,73	2,76
PIB Ceará (R\$ Milhões)	168.286	188.355	200.811	213.060
Câmbio (R\$/US\$) - Fim do período	5,20	5,18	5,20	5,10
Taxa de Juros SELIC - Fim do Período				
(%a.a.)	2,00	6,25	6,50	6,50

Fonte: Relatório Focus/BACEN (11/06/2021) e IPECE.

OBS: Para o ano de 2020 a Taxa de câmbio é a comercial para venda (R\$ /US\$) - Fim do período, tendo como fonte o Banco Central do Brasil (BCB);

Os valores do PIB em 2020 são estimativas, enquanto para o período 2021-2024 são previsões, ambas realizadas pelo IPECE, para o caso do Ceará, e pelo IBGE e Focus/Bacen, para o caso do Brasil, passíveis de alterações quando forem divulgados os dados definitivos pelo IBGE.

2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO RECENTE

Esta seção traz a análise de indicadores do Ceará da área social passando, brevemente, pelo comportamento da dinâmica populacional e das condições de saúde, educação, emprego, pobreza e desigualdade. Vale salientar, que ainda não se tem dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual de 2020, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE que em função da pandemia da COVID 19, o cronograma de divulgações do órgão foi totalmente revisto com previsão para outubro a publicação dos primeiros dados.

2.1. Aspectos Demográficos

Entender os aspectos demográficos da população de uma região é muito importante para a construção de políticas públicas. Segundo os dados da PNAD contínua do IBGE, a população cearense, em 2019, estava estimada em 9.129.387 (nove milhões, cento e vinte nove mil, trezentos e oitenta e sete) moradores. O que representa 16% dos residentes no Nordeste e 4,4% da população brasileira. Ainda segundo a estimativa do IBGE, em 2019⁴, 19,6% dos municípios (36) têm população com mais 50.000 habitantes. No Estado, a grande maioria da população, 75,8%, reside em territórios urbanos assim como no Brasil (86,1%) e no Nordeste (75,1%), conforme ilustra o Gráfico 15 a seguir.

90,0 85,0 80,0 75,0 70,0 65,0 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 85,5 84,7 84,3 85,2 85,2 85,8 86,5 86,1 Brasil Nordeste 73,1 72,7 74,4 74,6 74,6 74,8 75,4 75,1 ----Ceará 75,5 74,6 76,2 76,6 76,6 76,9 77,1 75,8

Gráfico 15: Taxa de Urbanização (em %) - Brasil, Nordeste e Ceará - 2012 a 2019

Fonte: IBGE / PNAD C Anual. Elaboração: IPECE.

A população é majoritariamente feminina (51,7%), e quando se olha a evolução por grupo etário, nota-se um ritmo de crescimento maior nas faixas etárias com mais idade, com destaque para a população de 65 anos ou mais, conforme ilustra o Gráfico 16.

⁴ IBGE - Estimativas de População.

2019 3.3 ■ 70 anos ou mais **3**,4 1,2 ■ 1,6 ⊏ 65 a 69 anos 65 a 69 anos **1**,4 **2**,0 1,8 ■ 1,8 ⊏ 60 a 64 anos 60 a 64 anos 1,8 | 2,5 ■ 55 a 59 anos 55 a 59 anos 2,8 ■ 50 a 54 anos 2,3 = 50 a 54 anos 45 a 49 anos 3,0 ■ **3**,3 40 a 44 anos 3,3 ⊏ 40 a 44 anos 35 a 39 anos 35 a 39 anos 30 a 34 anos 30 a 34 anos 25 a 29 anos **4,0** 20 a 24 anos 20 a 24 anos 15 a 19 anos 5,0 **□** 15 a 19 anos **=** 5,0 10 a 14 anos 5,0 = 10 a 14 anos 3,5 **4**,7 3,5 ■ 4,1 ■ 5 a 9 anos **3**,6 3,6 3,3 ■ 3,8 0 a 4 anos 0 a 4 anos 3,4 **3**,6 4,0 4,0 4,0 0,0 4,0

Gráfico 16: Pirâmides Etárias - Ceará - 2012 e 2019.

Fonte: IBGE / PNADC anual (2012 e 2019). Elaboração: IPECE.

■Mulheres

■ Homens

Quando se olha para o futuro com base na projeção do IBGE⁵ para os próximos cinco anos (até 2024), percebe-se ainda mais essa tendência do envelhecimento populacional (em 2024 serão 202.855 mil pessoas a mais com 60 anos ou mais de idade em comparação a 2019), conforme ilustra a Tabela 18.

■Homens

■ Mulheres

Tabela 18: Projeção da População por Grupos de Idades - Ceará 2019 a 2025.

Grupo Etário	2019	2020	2021	2022	2023	2024
0-4	658.031	656.863	654.978	653.178	647.916	641.985
5-9	643.033	643.343	644.554	645.761	650.720	654.698
10-14	687.783	677.834	666.495	656.944	647.691	641.168
15-19	743.073	720.818	706.774	694.937	686.480	680.095
20-24	835.224	824.514	805.193	779.668	750.204	720.925
25-29	803.135	803.522	805.194	808.722	811.380	808.840
30-34	779.221	784.859	787.711	787.889	786.559	785.704
35-39	707.765	720.751	733.590	746.265	757.850	766.951
40-44	627.560	642.514	656.883	670.383	683.263	696.083
45-49	551.502	559.412	569.955	583.206	598.316	613.788
50-54	511.947	518.399	523.564	527.241	530.701	535.811
55-59	436.154	451.900	465.329	476.509	485.647	493.227
60 anos ou	1.148.430	1.183.157	1.221.146	1.262.409	1.306.181	1.351.285
mais	1.140.430	1.103.137	1.221.140	1.202.409	1.300.101	1.331.203
Total	9.132.858	9.187.886	9.241.366	9.293.112	9.342.908	9.390.560

Fonte: IBGE. Elaboração IPECE.

⁵ https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7358

Ainda sobre os dados apresentados na Tabela 18, enquanto os recortes etários de 0 a 24 anos seguem tendência de queda, o grupo de pessoas com idade de 60 anos ou mais mostra tendência de crescimento. Isto abre um alerta para a necessidade de políticas públicas dedicadas a essa faixa etária.

2.2. Saúde

A saúde é, sem dúvida, uma das dimensões indispensáveis para o bem-estar e qualidade de vida de um indivíduo. E, em termos de sociedade, a taxa de mortalidade infantil (Gráfico 17) representa um dos melhores indicadores para analisar as condições de saúde e vida de uma população. Levando em consideração a grande melhora, porém ainda existente, na questão de subnotificações de óbitos infantis deste indicador, o Ceará, de um modo geral, apresentou reduções. Apesar da elevação do mesmo em 2017, chegando a 13,21 óbitos infantis por mil nascidos vivos, a taxa de mortalidade infantil passa por uma redução de -7% neste curto período, chegando a uma taxa de 12,23 óbitos por mil nascidos vivos em 2019, ficando abaixo da taxa nacional (12,39 óbitos por mil nascidos vivos), bem como abaixo da taxa regional (13,70 óbitos por mil nascidos vivos). Apesar da tendência oscilatória ao longo do período analisado, o Ceará apresenta uma média desta taxa de 12,63 óbitos por mil nascidos vivos, sendo esta inferior à média nacional de 12,74 e a taxa regional de 14,35 óbitos infantis por mil nascidos vivos.

Gráfico 17: Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) – 2012 a 2019 - Brasil, Nordeste e Ceará.



Fonte: SIM/SINASC/Ministério da Saúde. Elaboração: IPECE.

que tem como objetivo fortalecer a capacidade de gestão de recursos hídricos no Estado, melhorar a confiabilidade, a eficiência operacional dos serviços de água em municípios selecionados e na cidade de Fortaleza.

2.4. Educação

Na área de educação, os dados mais recentes da PNAD contínua (2016 a 2019) indicam melhora da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Estado. Em 2016, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais estava em torno de 15,2%. Já em 2018, o Ceará possuía uma taxa de analfabetismo de 13,3%, o que representou uma queda 1,9 pontos percentuais. Em 2019, teve um aumento, chegando a 13,6%. Uma das principais hipóteses para essa elevação é que a PNAD-Contínua trata-se de uma pesquisa amostral, não sendo apropriada para análise no curto prazo, pois ela utiliza amostras de domicílios diferentes a cada ano e, portanto, as variações registradas podem não ser significantes do ponto de vista estatístico. Sendo necessário, portanto, uma análise temporal da série para compreensão melhor do fenômeno em questão.

Ainda pelos dados da PNAD Contínua, em 2019, em relação a 2016, observou-se também uma redução na Taxa de Analfabetismo Funcional - que é calculada pelo percentual de pessoas com menos de quatro anos de estudos completos entre a população de 15 anos ou mais (saindo de 26,8%, em 2016, para 23%, em 2019).

A média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, que é um dos indicadores utilizados internacionalmente para medir o nível de escolarização de um País, vem apresentando melhora. A escolaridade média da população cearense acima de 25 anos de idade, que era de 7,4 em 2016 passou para 8,1 anos, em 2019.

Já o percentual dessa faixa etária da referida pesquisa que concluíram o nível superior completo do Ceará passou de 9,1%, em 2016, para 12,1%, em 2019. Os resultados referentes a população de 15 anos ou mais de idade com pelo menos o Ensino Fundamental concluído foi de 59,4%, em 2019.

Para aqueles de 19 anos ou mais, que completaram o Ensino Médio, também vem apresentando uma evolução significativa: passaram de 38,9%, em 2016, para 43,8%, em 2019. Sendo essa a etapa final da educação básica no Brasil que é, em tese, uma das mais importantes para a formação do indivíduo, pois neste período o jovem se prepara para entrar no mercado de trabalho ou ingressar no ensino superior. O Estado se depara com a grande missão de diminuir a evasão vez que, nessa fase, a maioria dos jovens deixa precocemente os estudos, muitos deles em

Outro importante indicador para análise do bem-estar de uma população, diz respeito à expectativa de vida ao nascer, uma vez que este depende de questões básicas de qualidade de vida, como saneamento básico, índices de segurança pública e assistência social. Assim, conforme ilustrado pelo Gráfico 18, é possível observar uma melhoria neste indicador, uma vez que este passou de 72,9 anos em 2012, para 74,5 anos, em 2019 (um aumento de mais de 2%). Não obstante, em termos comparativos, apesar de apresentar este aumento de um pouco mais de 2%, o Ceará, durante o período analisado, distancia-se do patamar nacional (76,5 anos) em 2019 e aproxima-se do Nordeste (73,9 anos).

77,0 76,0 75,0 74,0 73.0 72,0 71,0 70,0 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 73,4 72.9 73.9 74,1 74,3 74.5 Ceará 73.2 73.6 73,4 73,6 71,9 72,2 72,5 72,8 73,1 Nordeste 73.9 74,8 75,7 Brasil 74,5 75,1 75,4 76,0 76,3 76,5

Gráfico 18: Expectativa de vida ao nascer - 2012 a 2019 - Brasil, Nordeste e Ceará.

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

2.3. Condições dos Domicílios Particulares

O acesso aos serviços básicos de saneamento e energia elétrica nos domicílios constituem elementos importantíssimos para garantir a qualidade de vida da população. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 e, em 2020, com aprovação da Lei nº 14.026/2020, conhecida como novo marco legal do saneamento básico, prevê a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033. A presença dos serviços de água tratada e de coleta e tratamento de esgotos nos domicílios melhora a qualidade de vidas das pessoas pois diminui o risco, sobretudo na saúde infantil, mas também interfere na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador e no meio ambiente. Na pandemia da Covid-19, ficou ainda mais clara a importância destes serviços, uma vez que um dos principais protocolos para o combate ao vírus é lavar as mãos com água limpa e sabão.

Segundo os últimos dados da Pesquisa nacional por amostra de domicílios Contínua anual, em 2019⁶, dos 72,4 milhões de domicílios particulares e permanentes no Brasil, 85,5% tinham como principal fonte de abastecimento de água a rede geral de distribuição, enquanto 10,5 milhões foram abastecidos por poço, fonte/nascente ou por outra forma. No Ceará, em 2019, 79,1% dos domicílios tiveram água encanada, taxa levemente menor que a do Nordeste (80,0%).

No Brasil, um terço dos lares não tinha saneamento adequado, o que torna o esgotamento sanitário um problema nacional. Nesse contexto, no Nordeste e no Ceará, desde 2016, a taxa de cobertura domiciliar deste serviço não chegou a 50% dos lares.

O lixo domiciliar carece de serviço de coleta direta por uma empresa coletora responsável. Quando o domicílio não tem acesso adequado a esse serviço, o lixo gerado, em geral, acumula-se nas calçadas das moradias ou em espaços públicos, criando problemas sérios para o meio ambiente e saúde humana. No Ceará, o serviço de coleta domiciliar esteve presente em pouco mais de 70% dos domicílios particulares em 2019.

A falta de luz impede que os moradores vivam com dignidade. No Brasil a universalização dos serviços de energia elétrica foi estabelecida pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003. Isso proporcionou a melhoria dos serviços de energia elétrica, tanto no Ceará como no Nordeste e no Brasil.

O serviço de energia elétrica está praticamente em 100% dos domicílios, mas os serviços de saneamento ainda estão distantes da universalização. Como foi dito, o novo marco legal do saneamento básico é a principal aposta para a melhoria do saneamento no Brasil. No Ceará citamos o Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica⁷ fruto da contratação, em 30/12/2019, de uma operação de Financiamento de Projeto de Investimento (*Investment Project Financing* – IPF) com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de US\$ 174,85 milhões, sendo US\$ 139,88 milhões financiados pelo Banco e US\$ 34,97 milhões pelo Estado do Ceará, para o Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado do Ceará,

⁶ Os dados r eferentes as c ondições dos dom icílios pela P NADC a nual do I BGE s ó es tão disponíveis a par tir do an o de 201 6. A té 01.09.2021 ai nda nã o f oi publ icado nenhum dado referente a PNADC anual de 2020 pelo IBGE.

⁷ https://www.ipece.ce.gov.br/projeto-de-seguranca-hidrica-e-governanca/

busca de trabalho e renda. Vale salientar que, em 2019, o Estado ficou em primeiro lugar na Região Nordeste quanto ao número de jovens que alcançaram essa etapa na idade certa (15 a 17 anos) com 74,2%.

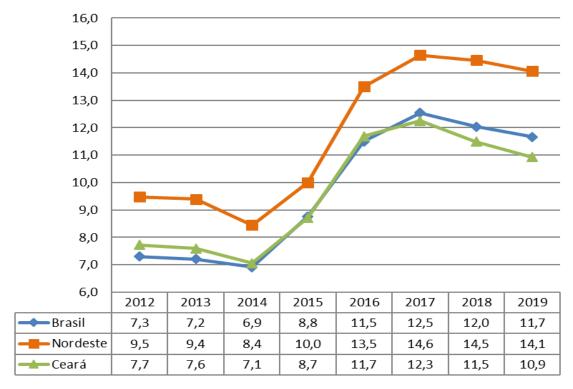
2.5. Emprego e Rendimentos do Trabalho

O Gráfico 19 apresenta a Taxa de Desocupação para pessoas com 14 anos de idade ou mais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC/ IBGE). Este indicador representa a pressão direta sobre o Mercado de Trabalho de pessoas sem trabalho, que buscaram por tal e encontram-se disponíveis para começar a trabalhar imediatamente.

Considerando os anos de 2014 a 2017, observam-se os reflexos do período de uma forte recessão vivida pelo País nos anos de 2015 e 2016. Onde a taxa de desocupação passou por uma trajetória de ascendência (variação positiva de 73%), saindo de 7,1% em 2014 para 12,3% em 2017.

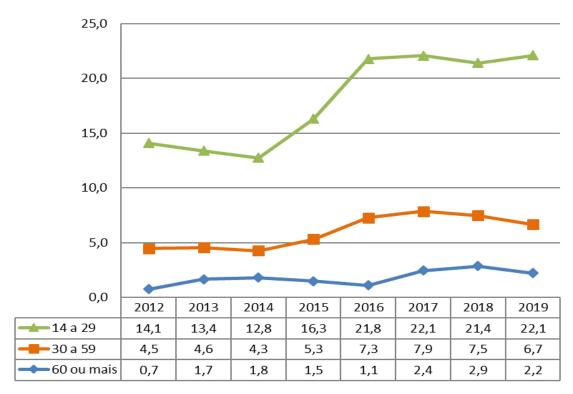
Entre o período de 2017 a 2019, o Ceará apresenta uma tendência decrescente, onde, considerando o curto prazo de 2018 a 2019, apresenta a variação de -5%, chegando em 2019 a 10,9%. Além disso, destaca-se que, durante o período de 2017 a 2019, o Ceará apresentou uma taxa de desocupação inferior à média nacional e regional.

Gráfico 19: Taxa de Desocupação para pessoas de 14 anos ou mais de idade - 2012 a 2019 – Brasil, Nordeste e Ceará.



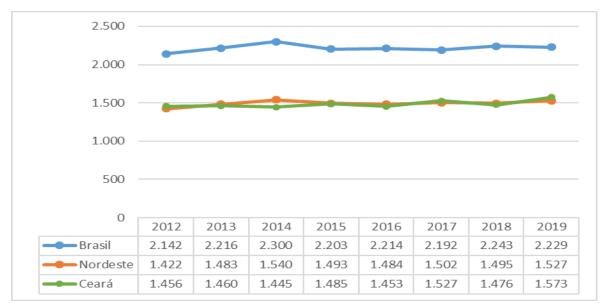
Quando observada por faixa etária, a taxa de desocupação mostra-se mais impactante entre os jovens (14 a 29 anos), onde, entre o período de 2014 a 2016 observou-se um crescimento de mais de 70% desta taxa, chegando a 22,8% dos jovens desempregados no Ceará em 2016 e, em 2019, esta taxa mostrou-se em 22,1%. Em seguida, a faixa etária entre os 30 e 59 anos apresenta um crescimento discreto, chegando a um ápice em 2017, com 7,9% desta população e, ao voltar a cair, em 2019, apresenta uma taxa de desocupação de 6,7%. Enquanto isso, a população com 60 anos ou mais mostra-se como mais estável no mercado de trabalho, chegando, em 2019, com uma proporção de 2,2%.

Gráfico 20: Proporção da população de 14 anos ou mais de idade desocupada por faixa etária – 2012 a 2019 - Brasil, Nordeste e Ceará.



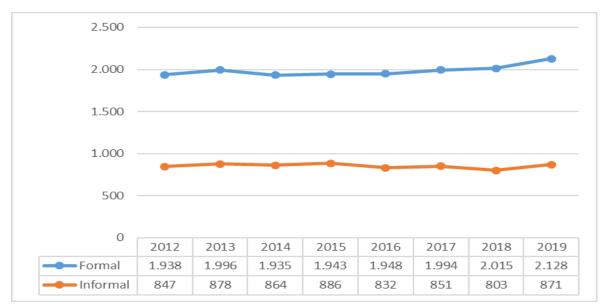
O Gráfico 21 ilustra o rendimento médio mensal e real, cujo objetivo é refletir o preço da força de trabalho, considerando uma jornada de 8 horas. De maneira geral, observa-se uma variação muito pequena do salário do trabalhador no Ceará entre 2012 e 2019. Assim, durante o período analisado, há um crescimento real de 8% para o salário médio dos trabalhadores, passando de R\$1.456,00, para R\$ 1.573,00. Em média, o salário do trabalhador cearense (R\$ 1.484,37) situa-se abaixo da média do trabalhador nordestino (R\$ 1.493,25) e da média salarial paga a nível nacional (R\$ 2.217,37).

Gráfico 21: Rendimento Médio Mensal Real e Habitual do Trabalho Principal – 2012 a 2019 – Brasil, Nordeste e Ceará.



Ainda resta destacar a diferença entre a média salarial paga aos trabalhadores empregados no mercado formal e informal (Gráfico 22). Apesar da pouca variação em ambos os setores, a diferença que, em 2012, era de 128% entre o rendimento médio formal e informal, aumentou para 144% em 2019. Assim, o rendimento médio formal, no último ano da série passou a ser R\$ 2.128,00, enquanto o salário pago a trabalhadores do setor informal (R\$ 871,00) ficou R\$127,00 abaixo do salário mínimo estabelecido em 2019 (R\$ 998,00).

Gráfico 22: Rendimento Médio Mensal Real e Habitual do Trabalho Formal e Informal. – 2012 a 2019 – Brasil, Nordeste e Ceará.

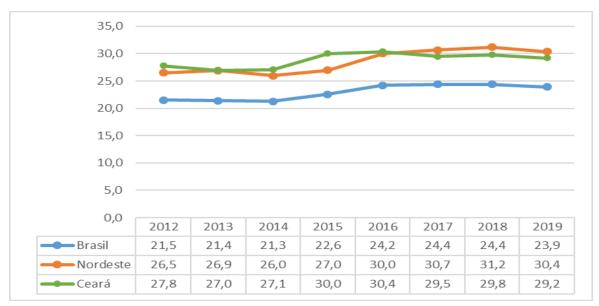


Em termos de bem-estar de toda uma geração, torna-se de suma importância a análise de uma população em situação de vulnerabilidade que são os jovens que não encontram-se frequentando alguma instituição de ensino, tampouco ocupados no mercado de trabalho (Gráfico 23). Para a sociedade, uma vez que este jovem não está trabalhando, ou capacitando-se ao frequentar a escola, perde geração de riqueza e, por conseguinte, aumentam seus custos sociais em decorrência desta população em específico.

Estes jovens, cuja faixa etária é estabelecida entre os 15 a 29 anos, durante o período estabelecido, encontram ascensão entre 2013 e 2016. Passando de 27% dos jovens, em 2013, para 30,4% em 2016, ficando acima da proporção do Nordeste e do Brasil. Tal aumento expressivo, apresenta-se como impacto da crise econômica, uma vez que o mercado de trabalho teve uma baixa absorção no tocante as ocupações dessa faixa etária.

Por último, em uma trajetória discreta decrescente, em 2019, estes jovens somaram 29,2% no Ceará. Neste último ano, ficou abaixo da média regional (30,4%) e nacional (23,9%).

Gráfico 23: Proporção de Jovens de 15 a 29 anos fora da escola/ universidade e sem ocupação – 2012 a 2019 – Brasil, Nordeste e Ceará.



2.6. Pobreza e Desigualdade

O fim da pobreza e extrema pobreza ainda é um grande desafio para a política pública brasileira. De 2018 para 2019, a pobreza no Brasil medida pela linha de US\$ 5,5 PPC (critério Banco Mundial) caiu de 25,3% para 24,7%. A desigualdade medida pelo índice de Gini (0,543) também caiu em relação a 2018 (0,545). Já a extrema pobreza (US\$1,90 PPC) se manteve em 6,5% da população, em 2018 e em 2019. Mais especificamente o Ceará saiu de 12,5% para 12,4% o percentual de extremamente pobres e de 42,6% para 41,3% o percentual de pobres.

Por outra medida bastante conhecida para cálculo da extrema pobreza (critério Programa Bolsa Família⁸) 6,5% da população do Estado em 2019 se encontrava nessa condição 0,5 p.p menor que a encontrada em 2018 e menor que a taxa do nordeste de 8,3%. Destaca-se a ação de transferência de renda realizada no Ceará para famílias vulneráveis com crianças pela iniciativa "Cartão Mais Infância".

O rendimento domiciliar per capita médio mensal, por exemplo, apresentou um aumento real de aproximadamente 4,36% durante o período 2016-2019, passando de R\$ 826,00 para R\$ 939,00 (a preços de 2019).

⁸ O Decreto 9.396 de 30 de maio de 201 8 considera que os extremamente pobres sejam as pessoas vivendo com renda familiar mensal per capita de até R\$ 89.

O ano de 2020 foi especialmente difícil para os mais vulneráveis com a disseminação mundial do vírus SARS-Cov-2, causador da Covid-19. A pandemia foi uma das marcas dominantes de 2020 no cenário global. Como dito anteriormente, o IBGE ainda não publicou os dados da PNAD C anual de 2020 e, portanto, ainda não se tem o comparativo com o primeiro ano da pandemia. Por uma pesquisa ainda experimental denominada PNAD COVID-19 o IBGE coletou, para os meses de maio a novembro de 2020, com entrevistas realizadas por telefone alguns dados importantes para monitorar os impactos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro. Entre eles destaca-se que em maio de 2020, mais da metade dos domicílios no Ceará (54,6%) tinha pelo menos uma pessoa que recebeu o auxílio emergencial do Governo Federal e chegando a ser 55,1% em novembro.

Vale salientar que o Estado do Ceará, desde o início da pandemia, vem apresentando várias ações⁹ para mitigar seus efeitos. Citamos a ampliação do número de famílias beneficiárias do Cartão Mais Infância Ceará além do reajuste do valor transferido de R\$ 85,00 para R\$100,00. Entrega do Vale Gás Social, ação realizada em 2020 e ampliada em 2021; entrega de Cartões do Auxílio Cesta Básica de R\$ 200,00 para trabalhadores de transportes escolar e alternativo, ambulantes, feirantes, mototaxistas, taxistas, motoristas de aplicativos, bugueiros, guias de turismo e despachantes documentalistas; isenção de pagamento das faturas da Cagece, SISAR e suspensão de cobrança da Tarifa de Contingência; pagamento da conta de luz para famílias de baixa renda; doação de alimentos da campanha de vacinação Solidária - alimentos recolhidos pelas Prefeituras Municipais e distribuídos às famílias em situação de vulnerabilidade; entrega de cartões vale alimentação para alunos da Rede Estadual de Ensino entre outros.

⁹ https://www.ceara.gov.br/2021/08/27/confira-as-acoes-que-o-governo-do-ceara-vem-promovendo-no-combate-a-pandemia/



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Na construção das diretrizes que orientaram a revisão dos programas reunidos no PPA 2020-2023, considerou-se, além dos elementos estratégicos de médio e longo prazos, componentes conceituais dos cenários externos e o panorama socioeconômico para o Estado do Ceará — os quais influenciam a formulação de uma visão do futuro para o nosso Estado —, o modo de gestão pública que se orienta pela conquista de resultados, articulado às atividades de elaboração do planejamento e à implementação das políticas públicas.

Contudo, soma-se à assimilação de tais elementos a reflexão acerca dos fundamentos da política de desenvolvimento do Ceará, voltados aos principais desafios no prumo de tornar o Ceará um **Estado com Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida**.

Neste contexto, para a geração das mencionadas diretrizes que nortearão a implementação das políticas públicas nos próximos dois anos, traduzidas nos programas do PPA, buscou-se alinhamento estratégico com instrumentos de longo prazo, mais especificamente Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Plataforma Ceará 2050, apresentados na sequência.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como Objetivos Globais, podem ser considerados "um chamado universal para ação contra a pobreza, proteção do planeta e para garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade"¹.

Esses 17 Objetivos foram construídos a partir dos Objetivos Do Milênio, sendo incluídos outros temas, como a mudança global do clima, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades. Os objetivos são interconectados – o sucesso de um ODS envolve o combate a temas que estão associados a outros objetivos.

Segundo o PNUD, os ODS trabalham com o espírito de parceria e pragmatismo para que os signatários possam executar suas ações, visando melhorar a qualidade de vida, de forma sustentável, para a atual e futuras gerações. Eles oferecem orientações claras e metas para todos os países adotarem, em acordo com suas prioridades e desafios ambientais de todo o planeta. Os ODS são uma agenda inclusiva, que combate as raízes das causas da pobreza e une diferentes atores em busca da promoção de uma mudança positiva para as pessoas e para o planeta.

O planejamento do Estado do Ceará adota em suas diretrizes as metas pactuadas pelos ODS, desta forma, visa centrar os esforços públicos em busca de um desenvolvimento ambientalmente adequado, socialmente justo e economicamente viável. Na Revisão do PPA 2020-2023 a convergência entre esses objetivos e a forma de planejamento do estado é vista dentro dos 7 Cearás, como demonstrado abaixo:

[.]

 $^{^{1}\ \}mathsf{http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html}$

Correlação entre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os 7 Cearás

Eixo: Ceará Acolhedor

















Eixo: Ceará da Gestão Democrática para Resultados









Eixo: Ceará de Oportunidades

















Eixo: Ceará do Conhecimento







Eixo: Ceará Pacífico



Eixo: Ceará Saudável





Eixo: Ceará Sustentável

















CEARÁ 2050

A Plataforma de Desenvolvimento Ceará 2050 representa o resultado de um amplo processo de reflexão estratégica e de negociação de prioridades para o desenvolvimento sustentável do Ceará – sociedade menos desigual, economia competitiva e meio ambiente preservado – de longo prazo, constituindo-se em um referencial para o Estado, a sociedade civil, organizações públicas e privadas.

Após uma série de etapas de construção coletiva, partindo de uma análise retrospectiva dos últimos 30 anos de desenvolvimento do Ceará, agregada a um estudo de benchmarking e à análise de tendências e cenários futuros, foi idealizada a Visão de Futuro do Ceará para 2050.

Para alcançar essa visão do futuro de nosso Estado, foi estabelecido o caminho a ser percorrido, traduzido no Mapa da Estratégia, abaixo representado, composto por um conjunto de objetivos, organizados em cinco áreas de resultados.

Todos os objetivos estratégicos do Ceará 2050 serão avaliados com base em indicadores, os quais demonstram a evolução da estratégia desenhada e concretizada pela implementação dos programas estruturantes.

A primeira área de resultados² corresponde ao **Valor para a Sociedade** que representa o resultado final esperado que preconiza qualidade de vida, crescimento econômico ambientalmente sustentável e redução expressiva das desigualdades sociais e regionais. Essa Área de Resultados está em linha com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), e possui como objetivos estratégicos:

- Excelência em qualidade de vida e bem-estar em todas as dimensões

 Elevar o padrão de vida da população, considerando itens fundamentais como saúde, educação, cultura, bem-estar, engajamento comunitário e meio ambiente.
- Redução radical da pobreza e das desigualdades em busca do desenvolvimento social Reduzir expressivamente a pobreza e o desemprego na busca do ideal da erradicação da miséria, da elevação da renda per capita e da redução da desigualdade socioeconômica para o patamar dos melhores níveis do país.
- Aceleração econômica com ênfase na ampla prosperidade compartilhada

 $^{^2}$ Extraído do produto: Visão de Futuro do Estado do Ceará. Disponível em: WWW.ceara2050.ce.gov.br.

Ser líder nacional no crescimento do PIB, através da atração sustentável de investimentos alavancados por instituições de reconhecimento global, pela inovação, tecnologia e capacitação.

- Desenvolvimento territorial inteligente e integrado à luz de suas vocações e potencialidades
 - Promover o equilíbrio territorial cearense a partir do conceito de polos regionais, desenvolvidos com base em cidades inteligentes, interconectadas e sustentáveis, potencializando as vocações de cada região a partir da inovação.
- Sustentabilidade ambiental com resiliência e respeito às gerações futuras

 Impulsionar o desenvolvimento ambiental, a gestão da biodiversidade e a ampliação da capacidade de convivência com as secas, posicionando o Estado como referência na recuperação de áreas degradadas.

As três áreas seguintes operam como condicionantes para o alcance dos objetivos da área de Valor para a Sociedade.

A área das **Cadeias Produtivas** busca a reinvenção setorial com aproveitamento das vantagens competitivas dos setores mais expressivos do Estado, tais como: indústria, turismo, agropecuária, energia limpa e renovável, recursos hídricos, infraestrutura e logística, economia do mar, da saúde e criativa. São objetivos estratégicos dessa área de resultados:

- Posicionamento de vanguarda no novo ambiente da quarta revolução industrial

 Colocar o estado na dianteira da produção de bens e prestação de serviços com inserção internacional baseados na integração e no uso intensivo de tecnologias de alto valor agregado e complexidade.
- Turismo cearense como referência internacional para o desenvolvimento sustentável Posicionar o Ceará como polo de turismo e cultura da região nordeste, passando a ser referência internacional como o principal destino turístico do país a partir da qualidade na prestação de serviços, do ecoturismo, do agroturismo e da valorização da cultura local com roteiros turísticos consolidados e integrados.
- Desenvolvimento da agropecuária e do extrativismo sustentável de alto valor agregado Ser o maior produtor de alimentos e bens de alto valor agregado do semiárido brasileiro por meio do fortalecimento da agropecuária, do fomento intensivo à extensão rural e do extrativismo sustentável, alavancando a renda por meio das vocações de cada região do estado com agregação de valor com adoção de inovações tecnológicas.

Produção de energia limpa e renovável com desenvolvimento tecnológico de referência internacional

Consolidar o Ceará como o maior produtor e distribuidor nacional de energia de fontes limpas e renováveis (solar, eólica, biocombustíveis), aproveitado atuação na cadeia para o desenvolvendo de produtos e serviços de alto valor agregado na indústria e no campo a partir de processos inovadores e sustentáveis.

Centro focal da infraestrutura e logística multimodal do país, valorizando a posição geográfica do Ceará

Ter o melhor sistema de infraestruturas resilientes e de logística multimodal do país (ferrovias, rodovias, portos, aeroportos etc.), valorizando a vantagem geográfica privilegiada do Ceará.

Segurança hídrica, uso eficiente e racional da água e resiliência face às irregularidades pluviais e mudanças climáticas

Elevar ao grau de excelência a gestão de recursos hídricos (uso, reuso e reaproveitamento econômico e racional da água) do ceará e mitigação dos impactos das mudanças climáticas no território do semiárido.

Economia do mar com alto valor agregado e sustentabilidade

Expandir o uso dos recursos oceânicos de alto valor agregado, de forma sustentável, abrindo a fronteira econômica e do conhecimento para esse segmento relevante do território cearense. Posicionamento do Ceará como referência internacional em economia do mar.

- Economia da saúde como fator de desenvolvimento econômico e social Impulsionar as cadeias produtivas da saúde como fator de desenvolvimento econômico e social, a partir da integração do ensino, da pesquisa e da ciência, tecnologia & inovação.
- Polo de inovação em tecnologia da informação e comunicação

 Ser referência mundial na indústria de *datacenters* e geração de conteúdos de tecnologia da informação e comunicação (TIC), utilizando as tecnologias de última geração representadas, no cenário atual, por computação em nuvem, inteligência artificial, *IOT* e *blockchain* para alavancar o desenvolvimento do Estado. Busca-se fornecer infraestrutura de banda larga e cabos submarinos a empresas de TIC instaladas no estado, promover a criação de laboratórios de pesquisas em IES em Fortaleza e em outras regiões do Estado,
- Economia criativa e do conhecimento como pilar do desenvolvimento do estado

 Potencializar as atividades econômicas baseadas na cultura, na criatividade, no conhecimento, na ciência, tecnologia & inovação, como pilares do desenvolvimento socioeconômico do Ceará.

e atrair cearenses de destaque no setor trabalhando fora do estado.

O **Capital Humano** é a área que ocupa o ponto central da arquitetura estratégica. A identidade e diversidade cultural são elementos inspiradores fundamentais para o desenvolvimento pessoas e equipes inovadoras, altamente preparadas para liderar e catalisar o desenvolvimento da sociedade do conhecimento. Essa área possui os seguintes objetivos:

- Valorização do comportamento cearense como diferencial e destaque mundial

 Dar destaque mundial à forma de viver do povo cearense. Uma sociedade que une
 resiliência, empreendedorismo, alegria, criatividade e irreverência na busca constante pelo
 aprimoramento de seu caráter produtivo, cooperativo, inovador e ético, constituída por uma
 - cultura de cidadania e respeito ao ser humano, consciente de seus direitos e deveres.
- Lideranças altamente preparadas para atuar no contexto das transformações globais e locais
 - Desenvolver e mobilizar cidadãos capazes de liderar, pensar, decidir, agir, empreender e inovar no que diz respeito à identificação de oportunidades globais aplicáveis ao território cearense e à potencialização de vocações locais.
- Sociedade do conhecimento dotada do maior capital intelectual do país

 Dispor de grupos inovadores, de destaque mundial, com capacidade de gerar transformações na sociedade do conhecimento e liderar o capital intelectual do país, tendo como referência a integração entre educação, tecnologia e setores econômicos para aumento da competitividade, empregabilidade e elevação da produtividade.
- Cultura como expressão de um estado rico em diversidade e convergência de propósitos Tornar as identidades e a diversidade cultural cearense elementos inspiradores de transformações do estado e de mudança da visão do mundo sobre o Ceará, ampliando a valorização do patrimônio material e imaterial, com atenção às expressões culturais locais.

Por seu turno, a área dos **Serviços ao Cidadão** destaca inovações em serviços ao cidadão, tais como: educação, saúde, segurança, assistência social etc. Estar orientada para a percepção do cidadão na sua integralidade dando a cada um dos temas um tratamento horizontal, sem o fatiamento encapsulado dos domínios tradicionais de políticas públicas e oferecendo serviços públicos que melhorem/aumentem o bem-estar da população. São objetivos dessa área de resutlados:

Sistema de saúde eficaz, eficiente, interconectado e integrado como caminho para excelência

Assegurar um sistema de saúde interconectado e integrado para todos com alta resolutividade, atendimento humanizado, personalizado, preventivo e descentralizado nas regiões.

Educação transformadora voltada para a universalização do conhecimento, a formação cidadã e o desenvolvimento da criatividade

Ofertar uma educação de excelência mundial para todos, com modelo personalizado, ativo e adaptativo, alinhado às necessidades da sociedade cearense, empoderando a população em relação ao acesso ao conhecimento, com respeito à identidade e à diversidade local, foco na formação cidadã e no desenvolvimento de talentos, com inovação.

 Segurança, Justiça e a cultura da paz como elementos de transformação do ceará em um estado seguro para se viver

Reduzir radicalmente a criminalidade e a violência em todas as suas dimensões, através de um sistema de segurança e justiça de padrão mundial, que fortaleça a cultura da paz.

Proteção, recuperação e valorização do meio ambiente e saneamento nas cidades e territórios rurais

Fazer-se referência internacional em soluções de gestão ambiental para o combate à poluição, para a preservação efetiva da biodiversidade e do patrimônio natural, e para a valoração de seus serviços ecossistêmicos à sociedade. Viabilizar saneamento nas cidades e territórios rurais cearenses.

Esporte, cultura e entretenimento como propulsor da felicidade e desenvolvimento social do Ceará

Transformar o esporte, a cultura e o entretenimento em elementos propulsores da felicidade, da produtividade, da identidade e diversidade, e do desenvolvimento da sociedade.

Amplo cuidado social em todas as regiões do Estado

Erradicar as situações de risco social e vulnerabilidade socioeconômica de pessoas, famílias e grupos minoritários nas diferentes regiões do estado.

Convergência e integração na prestação social de serviços com adoção de tecnologias emergentes

Remodelar a prestação social de serviços de saúde, educação, segurança, esporte, cultura, assistência social etc., tendo como base a integração no planejamento, execução e controle, bem como a adoção de tecnologias emergentes.

Por fim, e não menos importante, existe o pilar da **Governança** que tem função o suporte às transformações pretendidas. Visa aumentar/melhorar a capacidade de governar com todos os setores da sociedade (econômico, academia, terceiro setor e governo) de forma integrada, transparente, participativa, amplamente interativa com base nas tecnologias emergentes (mídias sociais) e orientada para resultados com eficiência.

- Ambiente institucional e de negócios dinâmico, cooperativo e inovador
 - Tornar o ambiente institucional e de negócios do Ceará no mais dinâmico e inovador da América Latina, a partir do foco no empreendedorismo, no equilíbrio fiscal, no cumprimento de regras pactuadas, na capacidade de investimento, e na cooperação e integração entre agentes econômicos, academia, terceiro setor, sociedade civil e governo, valorizando organizações ágeis, flexíveis e adaptáveis e a simplificação de regulamentações.
- Nova governança da inovação como base para acelerar o desenvolvimento do estado Acelerar o desenvolvimento de ecossistemas de inovação, com elevada intensidade de resultados sustentáveis, capaz de mudar a realidade do estado, a partir de um polo de ciência, tecnologia e inovação de reconhecimento global.
- Institucionalização da cultura de governança compartilhada e de gestão orientada para resultados
 - Governar com a sociedade, em uma perspectiva de longo prazo e voltada para resultados, por meio da cultura de pertencimento, cooperação, regionalização, transparência, corresponsabilidade, planejamento e controle social, de modo republicano e democrático, a partir da promoção da governança compartilhada de forma ética, inovadora e disruptiva com o engajamento de toda a sociedade cearense, comprometida e responsabilizada com a formulação, implantação e avaliação das políticas públicas.

DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

A partir dos direcionadores estratégicos, mais especificamente relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao Ceará 2050, levando em consideração a evolução das políticas públicas estaduais nos últimos anos, verificada no desempenho dos resultados e programas do PPA 2016-2019, e tendo como referência o panorama socioeconômico do Ceará, que demonstra em linhas gerais os principais desafios para nosso estado, para a implementação do Plano Plurianual 2020-2023 serão tomadas como diretrizes, espelhadas nos resultados dos eixos e temas:

- 1 Promoção da inclusão social dos segmentos mais vulneráveis da sociedade cearense.
- 2 Promoção e defesa dos direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população no Ceará, com garantia de respeito à diversidade, com especial atenção para as questões étnicas, raciais, religiosas, de gênero e sexuais.
- 3 Proteção à primeira infância com interações entre Estado, famílias e instituições educacionais.
- 4 Geração de oportunidades para a juventude com geração de emprego e renda em setores criativos e inovadores da economia cearense.
- 5 Estruturação de uma governança participativa, colaborativa e convergente, com base em uma gestão orientada para resultados.
- Aprimoramento da prestação dos serviços públicos estaduais com garantia de celeridade, eficiência, eficácia e efetividade no atendimento das necessidades e demandas regionais.
- 7 Garantia da sustentabilidade fiscal do Estado e apoio ao equilíbrio fiscal dos municípios.
- 8 Estímulo ao desenvolvimento econômico do Ceará, territorialmente equilibrado, com ênfase em vocações competitivas globais e convivência produtiva com o semiárido.
- 9 Implementação de estratégias com enfoque na redução das desigualdades sociais e econômicas da população, com ênfase na erradicação da miséria.
- 10 Apoio ao desenvolvimento de cidades resilientes, pacíficas e inclusivas, orientadas pelo desenvolvimento sustentável.
- 11 Expansão da formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, na qual prevaleça a equidade e a diversidade, e o estímulo à produção do conhecimento e à inovação.
- 12 Fortalecimento do 'Estado de Conexões' dos serviços e do comércio nacional e internacional, das artes, das ciências, das tecnologias e do sistema produtivo global;
- 13 Ampliação das estratégias de melhoria da qualidade de vida da população, com especial atenção ao saneamento básico e ao estímulo à auto promoção da saúde, reduzindo os índices de mortalidade.
- 14 Proteção do meio ambiente, com promoção da utilização racional dos recursos naturais.



SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

DIRETRIZES REGIONAIS

DIMENSÃO TERRITORIAL PARA O PLANEJAMENTO

Nesta Revisão, reitera-se que a Promoção do Desenvolvimento Territorial no planejamento público, apresenta sua inserção assegurada enquanto pressuposto na formulação do Plano Plurianual 2020-2023, na medida em que se estabelece o território como *locus* da integração das diversas políticas públicas, desde a sua formulação, a partir das diretrizes apontadas pelos cidadãos, até o monitoramento e avaliação da execução das ações — de interiorização do desenvolvimento, descentralização da dinâmica de implementação das políticas públicas, de integração da ação governamental nos territórios estaduais, de estímulo e facilitação da participação social e do fortalecimento das vocações regionais, alcançando como precípua finalidade a redução sustentada das desigualdades regionais e sociais.

A concepção e metodologia do atual PPA 2020-2023 incorporam a ampliação da eficiência dos espaços de gestão do território no Estado do Ceará, o aperfeiçoamento das atividades de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, de forma regionalizada, mediante o recorte adotado na sua elaboração e das Leis Orçamentárias Anuais, desde as 14 regiões de planejamento configuradas a partir da análise sistêmica de características semelhantes vinculadas ao perfil geográfico, socioeconômico, cultural e de fluxos em rede.

Em consequência, na organização estabelecida pela Lei Complementar Nº 154, de 20 de outubro de 2015, as regiões de planejamento foram concebidas no sentido do reconhecimento da sua identidade socioeconômica e geográfica, e de seus municípios integrantes, admitindo o planejamento regional e a concepção de políticas públicas a partir da avaliação das demandas e necessidades comuns das populações por determinados serviços públicos, entre outros aspectos, visando ao desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida em cada região.

Mapa da regionalização para fins de planejamento – Lei Complementar 154/2015



Estimativa da população, Área territorial e número de municípios por Regiões - Ceará - 2018

Regiões	Número de municípios	Estimativa da população 2018	Área territorial (km²)	
Total do Estado	184	8.842.791	148.886,31	
Cariri	29	1.021.190	17.390,31	
Centro Sul	13	393.397	11.581,71	
Grande Fortaleza	19	4.074.730	7.440,07	
Litoral Leste	6	205.420	4.633,83	
Litoral Norte	13	400.873	9.335,85	
Litoral Oeste/Vale do Curu	12	396.823	8.890,00	
Maciço de Baturité	13	243.982	3.707,27	
Serra da Ibiapaba	9	359.296	5.697,31	
Sertão Central	13	395.388	16.014,79	
Sertão de Canindé	6	207.272	9.202,52	
Sertão de Sobral	18	495.468	8.528,10	
Sertão dos Crateús	13	352.378	20.594,41	
Sertão dos Inhamuns	5	136.054	10.863,47	
Vale do Jaguaribe	15	393.378	15.006,80	

Fonte: IBGE

RESULTADOS E ESTRATÉGIAS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO

Por meio do processo de Participação Cidadã para Revisão do PPA 2020-2023 foram revisadas as diretrizes regionais e priorizadas as estratégias que devem direcionar as políticas do governo para cada região. As 14 regiões do Planejamento compartilham os mesmos Resultados Estratégicos:

- **Resultado regional 1:** Inclusão social, direitos humanos e civis e reconhecimento assegurados para a população, respeitando a diversidade e priorizando os segmentos vulneráveis e suas potencialidades.
- **Resultado regional 2:** População atendida com serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, atendendo as necessidade e demandas regionais, com transparência, controle social, equidade e sustentabilidade fiscal.
- **Resultado regional 3:** Desenvolvimento econômico sustentável, solidário, competitivo e integrado, alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades, as vocações e o protagonismo dos diversos atores.

- **Resultado regional 4:** População com formação cidadã integral, inclusiva e de qualidade, com ênfase na equidade, diversidade, produção do conhecimento e inovação.
- **Resultado regional 5:** Sociedade pacificada com amplo acesso à segurança e justiça efetivas, humanizadas e integradas.
- Resultado regional 6: População Saudável.
- **Resultado regional 7:** Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

Por meio do processo participativo, houve a inclusão de novas estratégias para atingir os resultados de tais regiões, de acordo com a necessidade e interesse dos cidadãos, com destaque para o acréscimo de novas demandas na região Litoral Oeste/Vale do Curu:

Estratégias Regionais						
Região	Antes da Revisão	Incluídas na Revisão	Total Geral			
Cariri	83	6	89			
Centro Sul	75	3	78			
Grande Fortaleza	102	17	119			
Litoral Leste	85	-	85			
Litoral Norte	58	-	58			
Litoral Oeste/Vale do Curu	62	22	84			
Maciço do Baturité	82	1	83			
Serra da Ibiapaba	62	-	62			
Sertão Central	98	2	100			
Sertão de Canindé	82	3	85			
Sertão de Sobral	81	1	82			
Sertão dos Crateús	89	-	89			
Sertão dos Inhamuns	90	-	90			
Vale do Jaguaribe	84	-	84			
Total	1.133	55	1.188			

O resultado do processo de Participação Cidadã demonstrou que as diferentes Regiões do Estado apresentam necessidades complexas. Algumas semelhantes e, logicamente, outras específicas para cada localidade. As estratégias priorizadas foram, em sua maioria, do Eixo Ceará de Oportunidades, totalizando 115, de um total de 446, demonstrando que a pandemia afetou oportunidades de negócios e de crescimento econômico e que, para os cidadãos, é necessário que o Estado trabalhe, em conjunto com outros setores, para reverter essa realidade.

Priorização por Eixo								
Região	Acolhedor	Gestão Democrática para Resultados	Oportunidades	Conhecimento	Pacífico	Saudável	Sustentável	Total(*)
Cariri	5	1	10	6	2	4	3	31
Centro Sul	5	1	6	8	2	3	3	28
Grande Fortaleza	9	-	8	9	7	8	3	44
Litoral Leste	3	-	9	6	4	4	3	28
Litoral Norte	5	-	6	5	2	4	3	25
Litoral Oeste/Vale do Curu	9	-	16	13	4	7	9	58
Maciço do Baturité	5	-	7	7	4	3	5	31
Serra da Ibiapaba	5	-	7	5	3	4	3	27
Sertão Central	4	-	9	6	4	3	3	29
Sertão de Canindé	6	-	3	7	2	4	3	25
Sertão de Sobral	5	-	11	5	2	3	3	29
Sertão dos Crateús	4	-	8	7	4	3	5	31
Sertão dos Inhamuns	4	-	6	8	2	5	4	29
Vale do Jaguaribe	4	-	9	7	3	3	5	31
Total	73	2	115	99	44	58	55	446

^(*) Algumas estratégias regionais estão alinhadas a mais de um Tema pertencente aos Eixos do PPA.

